



LIDERANÇA E PROTAGONISMO

15º Congresso
Brasileiro do
Agronegócio

ANAIS 2016



abag

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO

LIDERANÇA E PROTAGONISMO³ 15º Congresso Brasileiro do Agronegócio

**Agronegócio Brasileiro,
líder e protagonista!**
É o agro guiando o país, plantando
o orgulho de uma nação e colhendo
o reconhecimento do mundo todo.

2016

Realização



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO

www.abag.com.br

ÍNDICE

CERIMÔNIA DE ABERTURA	5
PALESTRA INAUGURAL - BRASIL: HOJE E AMANHÃ	14
PAINEL 1 - LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO	18
PAINEL 2 - PROTAGONISMO DO AGRONEGÓCIO	30
PAINEL 3 - ÉTICA E O BRASIL	41
MENSAGEM DO MAPA	53
ENCERRAMENTO	54
HOMENAGENS	56
Prêmio Norman Borlaug de Sustentabilidade 2016	56
Prêmio Ney Bittencourt de Araújo Personalidade do Agronegócio	59



LIDERANÇA E PROTAGONISMO

15º Congresso
Brasileiro do
Agronegócio

DIRETORIA DA ABAG

Presidente

Luiz Carlos Corrêa Carvalho

Vice-presidente

Francisco Matturro

Diretores

Alexandre Figliolino
André Pessoa
Antonio Carlos Ortiz
Cesar Borges de Sousa
Christian Lohbauer
Eduardo Daher
Ingo Plöger
Luiz Lourenço
Marcello Brito
Marcos da Rosa
Mário Von Zuben
Paulo Renato Herrmann
Paulo César Dancieri Filho
Urbano C. Ribeiral
Valéria Militelli
Weber Porto

Diretor-executivo

Luiz Antonio Cornacchioni

ANAIS DO 15º CONGRESSO BRASILEIRO DO AGRONEGÓCIO

Coordenação

Gislaine Balbinot

Edição do conteúdo

Luiz Antonio Pinazza

Apoio

Elizabeth Mochizuki
Emilia Dualibi Santos
Juliana Monti

Revisão ortográfica

Abgail Cardoso
Maria Inês Caravaggi

Design e produção gráfica

MW Design

Assessoria de comunicação

Mecânica de Comunicação

Produção

Wenter Eventos

Fotos

Gerardo Lazzari

CERIMÔNIA DE ABERTURA



Mestre de Cerimônias

Damos início à abertura do 15º Congresso Brasileiro do Agronegócio, uma realização da ABAG (Associação Brasileira do Agronegócio).

Com patrocínio master da FAESP e patrocínio da Agroceres, Banco do Brasil, Bayer CropScience, BNDES, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Monsanto e Tereos, com apoio da Agrishow, BASF, CME Group, Cocamar, Cooxupé, Deloitte, inpEV, Jacto, John Deere, PwC Brasil, SICOOB/SP, OCB e XP Investimentos, com apoio institucional do Estadão, ABAG-RP, ANDA, GTPS, Valor Econômico, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Convidamos para compor a mesa:

Arnaldo Jardim

Secretário da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, representando o Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo

Ana Amélia Lemos

Senadora da República

Carlos Ayres Britto

ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior Eleitoral

Caio Tibério Dornelles da Rocha

Secretário Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, representando o Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário, Exmo. Sr. Osmar Terra

Itamar Borges

Deputado Estadual, Presidente da Comissão da Agricultura da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

Marcos Montes

Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

Antonio Mello Alvarenga Neto

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura – SNA

Antonio Carlos Megale

Presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – ANFAVEA

Carlo Lovatelli

Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais – ABIOVE

Francisco Turra

Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA

Gustavo Diniz Junqueira

Presidente da Sociedade Rural Brasileira – SRB

Tirso de Salles Meirelles

Presidente do Conselho Nacional da Pecuária de Corte – CNPC e Vice-Presidente do Sistema FAESP/SENAR

Luiz Carlos Corrêa Carvalho

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio – ABAG

Marcos da Rosa

Presidente da Associação dos Produtores de Soja do Brasil – Aprosoja Brasil

Maurício Antônio Lopes

Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa

Registramos e agradecemos a presença das seguintes autoridades:

Antônio Carlos Mendes Thame

Deputado Federal

João Carlos de Souza Meirelles

Secretário de Energia e Mineração do Estado de São Paulo

Ricardo Salles

Secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo

Ernani Polo

Secretário da Agricultura e Pecuária do Estado do Rio Grande do Sul

Roberto Rodrigues

Ex-Ministro da Agricultura e Coordenador do GVAgro

Marcos Azambuja

Embaixador

Renato Nobile

Superintendente do Sistema OCB

Daniel Carrara

Secretário-executivo da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA

Marcos Tavares

Ex-Ministro do Planejamento

Pedro Mizutani

Presidente do Conselho da União da Indústria de Cana-de-Açúcar – Unica

Eduardo Leduc

Presidente do Conselho da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF

Ricardo Tomczyk

Presidente do Instituto Pensar Agro

Edivaldo Del Grande

Presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo – OCESP.

VOZ ATIVA NOS DEBATES NACIONAIS



Luiz Carlos Corrêa Carvalho

Liderar é conquistar. Mas um líder tem de ser um protagonista com ousada disposição para o risco, dotado de conhecimento, confiança e atitude de cooperação. Com esses valores positivos, o líder pode mudar um projeto, uma região, um país e o mundo.

Muita energia, competência, credibilidade, compreensão e inovação são características fundamentais em um líder. Assim fazendo, tem-se o protagonismo.

No agronegócio, o Brasil viveu em praticamente três décadas um papel que o transformou de importador em exportador de alimentos, fibras e energia. Mesmo assim, com todo esse esforço, sentimo-nos ainda pouco valorizados em nosso protagonismo.

Na mitologia da monocultura latifundiária, segundo o Embaixador José Botafogo Gonçalves, assim como na falsa e rançosa discussão do grande em detrimento do pequeno agricultor, constrói-se no Brasil uma narrativa preconceituosa e hostil ao agronegócio.



A ABAG foi criada com o sonho de expandir de forma equilibrada, entre os elos das cadeias produtivas do agronegócio, a oferta e a demanda de seus produtos, atendendo com competência o mercado interno brasileiro, exportando muito e sendo relevante ao país.



O que se viu foi uma reação extraordinária de um país, há pouco tempo importador! Agora, segundo maior produtor mundial e, conforme a FAO, será o primeiro nos próximos anos! Impactos formidáveis em empregos e renda em todo o país. Elevados Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), especialmente no interior, onde se expandiu o agronegócio.

É fundamental ressaltar que isso aconteceu graças às nossas lideranças setoriais! E muitas delas estão aqui hoje. Todo esse espetacular progresso do agronegócio brasileiro ocorreu sem intervenções retórico-populistas, como nacionalizar cadeias produtivas ou exigir conteúdo local ou apoio financeiro a campeões nacionais.

De 1990 a 2009, a agricultura brasileira cresceu mais rápido do que a de seu maior concorrente, os Estados Unidos. Isso se explica, segundo José Alexandre Scheinkman, pelos investimentos em pesquisa e desenvolvimento das instituições oficiais e das empresas, pelos ganhos de escala e pelo fato de o setor estar exposto a um mercado global competitivo.

Mesmo assim, seguia a dificuldade do entendimento da sociedade urbana sobre a importância desse setor. Afinal, nos últimos anos, uma nova onda ideológica invadiu o Brasil, ocupou significativos espaços, provocou a divisão de classes, além de experimentos econômicos equi-

vocados como a chamada “nova matriz econômica”. Abandonaram-se os acordos comerciais bilaterais! Um grande desastre!

Voltando a falar em Liderança e Protagonismo do agronegócio brasileiro, não se trata apenas de ter compromissos e realizá-los, não é apenas mostrar nossas exportações e seu suporte inestimável à nossa balança comercial, mas, sim, ter voz mais ativa nos debates nacionais. Afinal, como ensinou o lendário Peter Drucker, “só atua bem aquele que participou de alguma forma da decisão tomada”. Infelizmente, nem sempre somos chamados a participar.

O Brasil é líder mundial em preservação ambiental e na intensificação do uso da terra! São números impressionantes nas áreas de vegetação fora das propriedades rurais e, cabe salientar, dentro das propriedades o agricultor tem demonstrado responsável compromisso com a natureza!

Estamos vivendo o limiar de uma virada de página e precisamos participar, ter e mostrar protagonismo. Rico em recursos naturais, o Brasil precisa do capital que virá desde que se tenha segurança de que as regras serão estáveis. Afinal, há muito tempo não se vê isso em nosso país!

Com desconforto, os brasileiros assistiram aos desacertos dos últimos anos de um governo sob as vestes da ideologia e as tristes noti-



Liderança e Protagonismo



1 menos governo e mais mercado

2 mais acordos comerciais, mais defesa contra subsídios

3 maior proatividade, menor custo Brasil e mais amor ao País

cias de corrupção. Mesmo assim, a resiliência do Brasil está aí. Sobressai a força do crescimento constante e efetivo do agronegócio, resistente à queda frequente do orçamento público e do expressivo processo de desindustrialização do país. Nesse período em que as trevas da recessão e da inflação corroeram o país, o agronegócio andou para na direção da luz do sol. Na ABAG, temos nos preocupado com as ações fundamentais para o protagonismo brasileiro no agronegócio: inovação tecnológica tem sido uma alavanca extraordinária. Nossos elogios à Embrapa em nome de todos os institutos e empresas que atuam no campo de P&D. Tivemos grandes avanços na comunicação, uma aproximação constante com os veículos de comunicação e cada vez maior, com as redes sociais orientando as nossas iniciativas. E aqui vai o nosso agradecimento a todos os profissionais, muitos estão presentes aqui hoje, que realizam um trabalho fundamental de divulgação do agronegócio brasileiro.

Queremos e precisamos lutar para que o mesmo ocorra no elo industrial, setor que sofreu nas últimas duas décadas decréscimo de 1% ao

ano na lógica da Produtividade Total dos Fatores, mas que já mostra sinais de recuperação. O difícil momento vivido recomenda urgente saída do círculo vicioso criado na lógica do intervencionismo de governo, gerando inseguranças ao capital, ao empreendedorismo, que fica a esperar pela confiança.

Mas, no curto e no médio prazos que nos aguardam, é preciso muito mais para um novo modelo de governo. Melhor governança institucional para o agronegócio seria muito bem-vinda, com as entidades segmentadas somando suas ações com a visão nacional para o grande suporte ao agronegócio como um todo! Afinal, as grandes reformas, a trabalhista, a tributária, a previdenciária e a política, precisarão acontecer! Nisso as questões transversais ganham grande relevância, e é preciso posicionamento conjunto, não isolado.

Neste Congresso, estaremos debatendo Liderança e Protagonismo, no encontro dos três fundamentais alicerces ao desenvolvimento sustentado que desejamos ao nosso país:

Entre “Mercado” e “Regulação e Governo”,

menos governo e mais mercado, e preocupação constante com juros e câmbio. Entre “Mercado” e “Produção e Empregos”, mais acordos comerciais com países interessantes ao Brasil, mais defesa contra subsídios; mais bioeconomia e mais confiança; e pedimos muita atenção com a propriedade intelectual e a inovação tecnológica.

Entre “Produção, e Empregos e Impostos” e “Regulação e Governo”, mais proatividade, menos custos e mais amor ao país! Em um planeta complexo, assustado com o terrorismo, com uma economia global lenta, que se arrasta há anos, tem-se em comum, na maioria dos países, um olhar preocupado com a necessidade de líderes. Nesse novo mundo, onde os preços das *commodities* agrícolas guardam relação direta com os do petróleo e estarão sempre mostrando alta volatilidade, prioridades globais como segurança alimentar, mudanças climáticas e a fundamental descarbonização da matriz energética trazem destaque ao Brasil pelo seu protagonismo.

Nessa hora da virada, é momento para a ousadia, valorizando com políticas públicas as chamadas externalidades econômicas, como os reclamados investimentos em infraestrutura, que aumentam a produtividade total, ou a maior alíquota de imposto sobre o carbono fóssil, que estimulará a nossa biomassa, abrindo mercados, expandindo nossos modais de transporte, melhorando os nossos portos, acarretando significativa redução dos custos.

Nossas lideranças, atentas, devem estar preocupadas com o atendimento dos pedidos da população, mas, também, devem ter a sabedoria de que a reação popular às medidas disruptivas é inevitável e será preciso uma comunicação competente para sensibilizar a sociedade para o tema.

Por estar distribuído em todo o Brasil, o agronegócio pode ajudar muito no resgate dos valores fundamentais ao soerguimento do país, sustentados em princípios éticos. Sua resiliência é fator de equilíbrio ao nosso país.

Mas líderes são sempre as chaves-mestras para despertar as forças e alavancar o desenvolvimento em todos os campos. E o Brasil pare-

ce que volta, agora, aos trilhos do caminho do protagonismo.

Vamos, pois, aqui, debater Liderança e Protagonismo no Agronegócio, em painéis específicos, deixando para o final um debate sobre Ética. Cuidadosamente, escolhemos esse tema como fecho, pois, na realidade, a ética é um valor essencial que permeia todo o novo que claramente deseja a sociedade brasileira.



Apresentação Especial

O 15º CBA apresenta um dos trabalhos recentes mais claros e impactantes da mídia nacional sobre o agro. O tema é “O Agro é Tech, o Agro é Pop, o Agro é Tudo - Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, feito pela Rede Globo de televisão especialmente para este evento. É o agronegócio brasileiro guiando o país, plantando o orgulho de uma nação e colhendo o reconhecimento do mundo todo.



GOVERNANÇA ENTRE AS ENTIDADES



Arnaldo Jardim

A fundamentação do tema deste 15º CBA talvez esteja no seu evento anterior. Há um ano, o Brasil vivia uma situação de grave e delicado impasse, ainda não por completo resolvido, em termos da estabilidade para o país planejar o seu futuro. Falávamos do desafio do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e da inclusão das reformas estruturais na pauta do Congresso Nacional. Vemos o agronegócio salvar a lavoura do país nesses três anos difíceis de recessão econômica. Por isso, temos muita identidade com a plataforma da ABAG.

O Brasil aceitou definitivamente o compromisso de fazer uma agropecuária sustentável.

Aqui, meio ambiente e agricultura não concorrem para termos maior produtividade com a utilização racional dos recursos naturais. A produção da bioenergia, depois dos alimentos, virou uma referência do ponto de vista de agregar valor e criar oportunidades para o país.

Nessa provocação do 15º CBA com o tema Liderança e Protagonismo, podemos dizer que



estamos prontos para cumprir esse papel. Esperamos produzir um bom momento para reestruturarmos o modelo econômico nacional, com a redefinição da ação internacional do país. Os acordos de mercado começam a ser perscrutados. Isso significa um avanço importante. Precisamos de uma boa governança e sintonia entre as nossas entidades.

CAMINHO DO CRESCIMENTO NACIONAL



Marcos Montes

Em 2007, o mote deste CBA tratou sobre Agricultura Familiar e Empresarial: um só agronegócio. A ideologia dessa dicotomia vem sendo desmontada ao longo do tempo. Aquela ocasião já mostrava isso e seguimos com o trabalho nessa linha.

Mas esse tema de Liderança e Protagonismo toca mais forte. Acabamos de assistir a este vídeo extremamente positivo feito pela Rede Globo. Começamos a mostrar à sociedade urbana a



importância da agricultura brasileira. É uma obra construída com muita determinação por personalidades, algumas das quais aqui presentes.

Vivemos um momento novo e diferente. Trabalhamos na Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), tendo como apoio o Instituto Pensar Agro.

Temos matérias relevantes para o setor como: regularização de terras para estrangeiros, reforma trabalhista, licenciamento ambiental, dentre outras. O agronegócio aponta um caminho para buscarmos alternativas na direção da retomada do crescimento nacional.

AGRO É GENTE

Ana Amélia Lemos

Como Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, estamos comprometidos com o agronegócio. Acabamos de criar o marco regulatório de segurança jurídica nas relações entre os integrados e os integradores, que envolve a cadeia produtiva das carnes bovinas e suínas e de aves. Havia um projeto de lei semelhante parado há mais de 12 anos. Conversamos na Câmara dos Deputados e chegamos à sanção presidencial. Foi uma contribuição gratificante.

Em nosso trabalho de comunicação, sempre questionamos o fato de a imagem do agro não ser vista como estávamos familiarizados, na visão de termos o atavismo com a terra e gostarmos de um sítiozinho. O vídeo apresentado sobre o agro é extraordinário.

É fundamental mostrar os verdadeiros exércitos de pessoas que vivem do agro, com a fala dos assalariados, dos trabalhadores, dos engenheiros agrônomos e de tantas outras pessoas. Podem ser poucas palavras: dependemos do agro, vivemos do agro, meus filhos são educados pelo agro. Além das cenas bonitas e fantásticas, vemos que agro é gente, que faz e produz.

Este Congresso é um encontro extraordinário. Neste momento de crise, o país mostra no Rio de Janeiro como somos capazes de produzir encantamento para o mundo, com uma Olimpíada bonita do ponto de vista estético. Que também posamos apresentar esses valores de fazer e superar esta crise: o Brasil é maior que a crise. Já o agro é o protagonista essencial, pois leva adiante o país



com produção, abastecimento interno, superávit comercial e o maior uso de tecnologia.

Como jornalista, quando entrevistava pelo *Canal Rural* o Ministro Mangabeira Unger, ele dizia: “Não vejo nenhum sentido um país agrícola como o Brasil ter dois ministérios, um da Agricultura e outro da Agricultura Familiar, pois elas são uma só”.

O Senado Federal não negará à sociedade brasileira a resposta esperada por todos.

Palestra Inaugural



BRASIL: Hoje e Amanhã

Palestrante

Arnaldo Jabor, Cineasta
Escritor, Jornalista e Comentarista Político
no *Jornal da Globo* e na Rádio CBN

Sabemos bem, na prática concreta, o ocorrido nesse país nos últimos 13 anos. Pensarei um pouco sobre as causas desses acontecimentos. Passamos um tempo de uma verdadeira calamidade. Essa situação foi provocada pelo acaso, um milagre ou uma invasão estranha?

Não é propriamente a chamada crise, pois não tínhamos uma marca de onde queríamos chegar para fazer uma avaliação. Atualmente, enfrentamos um momento interessante de mutação por uma série de razões. Houve uma explosão de problemas difusos e ocultos, existentes na maneira de organizar psicologicamente o país, oriundos desde a sua formação colonial.

Sabemos que o Brasil não é feito de flores e cachoeiras, mas sim uma região interna de nós mesmos. Assim, as antigas contradições acumuladas desde o nascimento do país começaram a aparecer ao mesmo tempo. Essa situação entra na nossa cabeça porque precisamos entender o estado vigente no país.

Sempre houve uma tendência surda para se falar entre atraso e moderno. Falávamos de uma forma esquemática das características deixadas pela dominação portuguesa. Em pleno século 16, enquanto havia uma grande mutação na Europa, éramos uma nação paralisada por um sistema político patrimonialista, uma palavra recente na nossa sociedade. Comentava-se sobre luta de classes, miséria e desigualdade, mas não se tratava da raiz do que nos acontece: uma estrutura administrativa geradora de todos os vícios administrativos e políticos.

O patrimonialismo é basicamente um tipo de poder prioritário sobre a sociedade, em que o Estado é soberano, dono de tudo, de onde vem e vai. Como uma cópia, esse modelo veio para o Brasil, com os vícios que gerava e gera em Portugal, de uma sociedade sem acesso ao poder. Tudo deve passar pelo *nihil obstat*, da aceitação ou não do Estado.

Por não se sentir participante do trem da história, a sociedade sente uma depressão na sua base, de estar vagamente usada, mas com tendência ao bolchevismo, um certo desinteresse irresponsável na vida política e social. Quem não tem poder cria compensações psicológicas, como é, por exemplo, a famosa “fracassomania” brasileira: quem é bom fracassa e quem é mau fica rico. Nos Estados Unidos, quem é fracassado é considerado um vagabundo que não merece ser rico.

Essa inversão na mentalidade justifica a impotência de uma sociedade dividida entre estar dentro ou fora do governo. O ambiente fica propício para o oportunismo básico oriundo do patrimonialismo. Aparecem os vícios conhecidos do tempo das caravelas, como o clientelismo. Não se constrói um hospital onde precisa, mas em outro lugar porque há uma transação na prefeitura com envolvimento de dinheiro. Cria-se o horror da burocracia, que impede o desenvolvimento social, econômico, psicológico e político no país.

A burocracia é prima da corrupção. Tínhamos uma firma parada e decidimos fechá-la no Rio de Janeiro. Passados seis meses, liguei para o nosso antigo contador. O conselho dele foi depositar certa quantia na sua conta para resolver. Isso foi feito, e logo a certidão negativa estava pronta.

Na corrupção, transgredimos as regras porque não há como obedecer a elas. Durante a colônia e o império, esse método era visto como certo direito de existir. Tiradentes tinha direito de não pagar impostos porque combatia a coroa opressiva. Depois, como era contra os mandamentos da lei de Deus, o corrupto era visto até com certa consideração. Quando o ladrão entra chique na churrascaria, um sujeito fala para o outro: “Aquele cara é o maior ladrão”; e o outro acrescenta: “Mas dá nó em pingo d’água”. O ho-



nesto não faz sucesso nem na casa dele. Muita mulher diz: “Você não é honesto, é burro. Todo mundo é ladrão”.

Coisas desse tipo caracterizam o atraso. O clientelismo, a corrupção e o descaso na mentalidade do trabalho é coisa inferior no Brasil, porque foi constituído pela escravidão durante séculos. Para o povo anglo-saxônico trabalho é a coisa mais nobre. No Brasil, a origem da palavra trabalho vem do latim *tripalium*, um instrumento de tortura.

Outra característica típica da nossa formação, que nos atrapalha e impede muita gente de atingir um melhor nível de justiça social, é a distribuição de renda, com o argumento da desigualdade, injustiça e miséria no Brasil. Mas isso não é causa, mas sim consequência de uma formação viciada, de uma pessoa carregadora de um problema congênito para o resto de vida.

A educação no Brasil também era vista com maus olhos. Isso era um desejo da coroa. Os jesuítas foram uma exceção. Há um tempo, participei de um seminário em Portugal. Os intelectuais comentavam que, depois do terremoto de Lisboa, o país nunca mais foi o mesmo. Mas isso foi em 1755. Esse é um tipo de pensamento para justificar a impossibilidade.

O salvacionismo é um velho hábito português. O indivíduo está perdido e acredita na vinda de alguém para o salvar. Na guerra contra

os mouros, o rei Dom Sebastião desapareceu e nunca mais voltou, porém virou um mito de que voltaria para salvar o reino. Até hoje existe certo conto difuso do sebastianismo em Portugal. A história de El Cid na Espanha é bem similar.

Depois de dono de um país, a tendência de uma pessoa é virar ditador. Portugal e Espanha tiveram ditaduras de 50 anos, e o Brasil de 21 anos. No nosso caso, temos as chamadas oligarquias regionais, com a existência de muitos salvadores da pátria.

Em suma, essas coisas lutam contra o desejo secular de modernizar e democratizar o país. Temos a consciência do presente em vez do futuro, de pertencermos a um mundo interligado e não a uma ilha. A direção dos rumos do país deve ser feita pela sociedade servida pelo Estado. Esse quadro tem de mudar brutalmente no Brasil. Ronald Reagan tinha esta frase ótima: “*O Estado não é a solução, o Estado é o problema*”.

A modernização é se abrir para o mistério das novas tecnologias e para o mundo contemporâneo. Isso é modernização. Sempre vimos o atraso ganhar, mas sentimos a eclosão de um movimento de mudança séria. Mário Henrique Simonsen, economista brilhante, dizia que “*o Brasil é um país sob anestesia, mas sem cirurgia*”.

A mudança das relações internacionais de produção torna o capitalismo global interdependente. Passamos a participar mais do mun-

do, sem nos sentirmos isolados. Essa revolução digital de 30 anos é mais importante do que a invenção da imprensa, do Renascimento do século XV e do Racionalismo do século XVIII.

Há uma alteração na concepção de tempo. Não tem mais passado, presente, futuro, mas sim a modificação do presente. Ninguém sabe quando é o futuro. Essa “presentificação” moderniza, pois obriga o pensamento administrativo e deixa de lado o utópico. Passamos a pensar na velocidade da luz e a nos relacionar com o mundo concreto e real. O grau espantoso de informações provoca mudanças maravilhosas e terríveis desde o satélite indo aos anéis de Saturno, até o Estado Islâmico degolando as pessoas pela internet.

Essa revolução digital instiga a modernização. O Brasil sempre foi muito influenciado por razões externas. A Revolução de 30 não teria sido assim sem a Recessão Americana de 1929. Fatos desse tipo nos influenciam.

Hoje, a opinião pública brasileira sente fome de democracia depois do autoritarismo da ditadura de 21 anos. De alguma forma, isso se realizou, a partir de 1985, com a eleição indireta do Tancredo Neves. Nos cinco anos seguintes, tivemos o desencanto conduzido pelo Presidente

José Sarney, com a volta dos vícios antigos e uma inflação galopante.

De 1990 a 1995, o Presidente Fernando Collor de Mello, que veio como salvador, tungou o dinheiro do povo, deixou uma série de histórias novelescas e terminou com o impeachment. O Presidente Itamar Franco completou o período com o condão de trazer o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que chamou pessoas de alto nível para fazer o Plano Real e acertar o país no final do século passado.

Na década passada, tivemos dois momentos com o Presidente Lula. O primeiro mandato foi cercado de escândalos, enquanto o segundo ficou marcado pelo “showman” e o “lulapetismo”. Com a Presidente Dilma, as alianças de governança e as mudanças no modelo econômico frustraram e terminaram nessa situação a que assistimos. Foram anos movidos por ideologia, reestatização e com o retorno do patrimonialismo de Estado.

Na onda dessa mutação digital e modernização do mundo, temos a Operação Lava-Jato como uma das grandes novidades no País. O agronegócio é um setor fundamental, o negócio é montar uma equipe competente. Então, está na hora de termos esperança!



Painel 1

LIDERANÇA NO AGRONEGÓCIO



Moderador

Celso Ming, Colunista de Economia do Estadão

Debatedores

Ana Amélia Lemos, Senadora da República (PP/RS)

Carlos Alberto Paulino da Costa, Presidente da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – Cooxupé

José Roberto Mendonça de Barros, Economista e Sócio da MB Associados

Eduardo Leduc, Presidente do Conselho Diretor da Associação Nacional de Defesa Vegetal – ANDEF

Celso Ming

A nossa função é mais de guarda de trânsito em comparação com a fala de novidades. Esse público possui muito mais a dizer do que eventualmente diríamos. O tema é Liderança. Para liderar é preciso ter senso de prioridades, disse a Senadora Ana Amélia.

Para isso, antes de mais nada, cabe ter como base a montagem de uma estratégia além do agrogócio em si. O Arnaldo Jabor falou sobre a inserção da nossa atividade dentro de um esquema maior, daquilo que é desejado para a sociedade, o país e a República.

O empresário agrícola, às vezes, se perde pela timidez. Como descendente de suíços, de Campinas, no Estado de São Paulo, temos a noção das amarguras na lida do campo. É comum o queixume geral, especialmente das lideranças imigrantes, sobre o clima, governo, mão de obra, dentre outras.

Além de substituir o trabalho escravo, os imigrantes alemães, italianos, japoneses e outros que chegaram, frequentemente eram malvistas e tinham uma postura defensiva. Esse comportamento continua nos dias atuais, apesar de vivermos um



momento especial, com o aparecimento do agrogócio para dar resposta positiva à confusão existente no país. Então, conversaremos exatamente sobre como exerceremos essa liderança.



Ana Amélia Lemos

Há 20 anos, como celeiros agrícolas do Brasil, o Rio Grande do Sul estava em primeiro, e o Paraná em segundo no ranking nacional. A pecuária de excelente genética, a introdução da soja e o debate sobre a soja transgênica começaram no Rio Grande do Sul. Esse debate do organismo geneticamente modificado levou à criação da Lei de Biossegurança no Brasil.

Mas o Rio Grande do Sul e o Paraná perderam posição na agropecuária. Sem condições de produção nos seus lugares de origem, as pessoas foram para outros estados mostrar a sua capacidade. Assim, o Estado de Mato Grosso assume a liderança na produção e na logística como resulta-

do exatamente dessas escolhas. O comportamento diferenciado desse agricultor imigrante era de não repetir os erros das práticas passadas.

Essa visão modernizada constituía uma espécie de ordenamento de uma agropecuária cada vez mais competitiva e exigida pelo consumidor brasileiro e internacional. A disputa comercial mais proativa na Organização Mundial do Comércio (OMC) criava competição e estabelecia as famosas barreiras não tarifárias. Isso exigia cuidados em relação a outros aspectos até então não observados, como os ambientais e os sociais. Agora, se discute a questão do bem-estar animal, no caso da pecuária. Esses fatores fazem parte de uma nova atitude imposta pela evolução tecnológica do consumidor no mundo globalizado.

Os Estados de Mato Grosso e de Rondônia possuem hoje 10 frigoríficos habilitados para exportar carne bovina, mas há problemas para operacionalizá-los. Faltam fiscais agropecuários suficientes para atender à demanda. Há gargalo relacionado com a infraestrutura extremamente deficitária. Enquanto o agro sobe de elevador, a

burocracia sobe de escada. Esses impasses exigem das lideranças um embate maior. Precisamos substituir o setor público com parcerias de concessões para melhorar porto, fazer terminal, etc.

Quando era governador, o Ministro Blairo Maggi criou os consórcios com os produtores para abrir rodovias e escoar a produção. Com isso, Mato Grosso se transformou num potencial de excelente produção nas proteínas vegetais. Lá estão os produtos básicos para a ração animal: o milho e a soja. Com um mercado extraordinário para a produção de aves e suínos, em zona livre de aftosa sem vacinação, o Estado de Santa Catarina, no milho, produz 5 milhões de toneladas de milho, mas consome 7 milhões. O custo fica mais do que o dobro do de Mato Grosso. Quer dizer, o custo do transporte supera o preço do produto.

Essas contradições exigirão atitudes de lideranças consolidadas, de profunda capacidade para assumir riscos com profissionalismo e prioridade. A sociedade e o cidadão precisam ter consciência desse peso orçamentário do corporativismo burocrático existente no país.



Carlos Alberto Paulino da Costa

Símbolo do produtor rural e usado para protegê-lo das intempéries, o chapéu serve para fazer uma analogia com o papel protetor das cooperativas para com o cooperado nas intempéries do mercado.

Como atividade econômica, o cooperativismo une as pessoas para realizar alguma coisa. No Brasil, esse sistema possui mais de 13 ramos, sendo os principais o agropecuário, a saúde e as cooperativas de crédito. O órgão máximo, responsável pela coordenação de cada regional estadual, é a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). No nível estadual, fazemos parte do Conselho de Administração da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais (OCEMG).

A revista *Exame*, de julho último, publicou as 100 maiores empresas do Brasil, das quais 17 são cooperativas. Temos a liderança da Coamo, e de outras cooperativas do Paraná (C. Vale, Lar e Cocamar), a Aurora, de Santa Catarina, e a Cooxupé, de Minas Gerais.

Para incluir os cooperados no mercado, as cooperativas levam benefícios ao prestar serviços e acesso à tecnologia, atuar com eficiência na cadeia produtiva e dar economia de escala nos processos de compra e venda dos produtos e de seus insumos.

Como protagonista do agronegócio, a cooperativa proporciona segurança, informação, tecnologia e igualdade de oportunidades para o agricultor. Na Cooxupé, temos como missão atender os cooperados na área do Triângulo Mineiro, no sul de Minas Gerais e no norte do Estado de São Paulo. Proporcionamos assistência técnica, econômica, financeira. Em Santos, temos o nosso escritório de exportação.

A cadeia produtiva do café é longa. Temos, por exemplo, na colheita das propriedades pequenas ou dos locais de alta declividade, uma operação quase 100% feita por máquinas manuais de alto rendimento. Nas propriedades maiores, com topografia mais adequada, as automotrizes realizam esse trabalho, dando oportunidade para a cafeicultura crescer com menos uso da mão de obra. Com trabalho até noturno, o rendimento é muito superior em comparação ao manual.



Nas operações no terreiro, uma pequena motinha, simples e barata, dá condições de revolver várias vezes o café para proporcionar um produto de melhor qualidade. No terreiro suspenso, são produzidos cafés de alta qualidade (gourmet), industrializados e com agregação de valor, de resultado financeiro bem substancial. Para muitos, o café bom do Brasil é exportado. É verdade, mas aqui há produto de qualidade que exige preço. Paga-se o valor justo.

Os grãos de café são depositados em nossas unidades armazenadoras. Toda a produção entregue à cooperativa é feita a granel ou em *bag*. A sacaria foi abolida. Na cooperativa, o produto do pequeno e do grande produtor recebe um código de barras. A análise da amostra e a degustação são feitas sem saber a origem do produto. Retirados os defeituosos, os grãos vão para os silos para a composição dos *blends*, de acordo com a necessidade e a exigência do cliente.

Exportamos o produto para mais de 40 países. No ano passado, foram feitos 1.200 *blends* diferentes para atendimento dos pedidos dos clientes. Na nossa própria estrutura há o Recinto Especial para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex), com a presença dos fiscais da Receita Federal e do Ministério da Agricultura. O

produto exportação já sai alfandegado das nossas instalações. O comprador possui a segurança da abertura do container só no destino final.

São mais de 13 mil cooperados, 97% deles são pequenos ou de economia familiar, responsáveis por 71% das 5 milhões de sacas que entraram na cooperativa no ano passado. O megaprodutor, com mais de 10 mil sacos, representa apenas 3% do café recebido pela cooperativa.

Temos 2.200 funcionários, sendo 222 técnicos agrícolas e engenheiros agrônomos para levar tecnologia de ponta ao produtor. Promovemos feiras agrícolas em Guaxupé e Coromandel. A cooperativa banca o financiamento com três anos de prazo em troca de café. Neste ano, o orçamento alcançou R\$ 138 milhões com 38 mil participantes. O recinto conta com locais apropriados para cabeleireiros, monitores para tomar conta das crianças e uma minifazenda para servir de modelo. É um lugar para a família do produtor se inteirar e se divertir.

A Cooxupé representa 4% da produção mundial de café ou 7,5% da produção mundial de café arábica. Só trabalhamos com o café arábica. Contamos com cinco usinas de preparo e capacidade para armazenar 6 milhões de sacas.

Possuímos uma parceria muito grande com a Fundação Espaço ECO, uma ONG da BASF, que possui um programa chamado AgBalance, para medir a eficiência da cadeia produtiva, tanto da parte agrícola de dentro como de fora da porteira.

Dentro da porteira, foram escolhidas unidades pequenas, médias e grandes no sul mecanizado do Cerrado e no sul semimecanizado de Minas Gerais, com critérios estatísticos, no ano agrícola 2012/13. O consumo mais baixo de energia aconteceu no sul semimecanizado. Concorreram para esse resultado o menor uso de fertilizantes e defensivos e a maior biodiversidade com a adoção do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e as Áreas de Preservação Perma-

nente (APPs) e de Reserva Legal (RL).

Fora da porteira, com a abolição da sacaria e a mudança da logística, houve economia de energia suficiente para abastecer uma cidade de 34 mil domicílios, correspondente a duas Guaxupé. Tomamos providências para corrigir os pontos negativos levantados e estamos no estágio de avaliar os resultados.

O produtor conhece pouco o mercado de café, cuja variação de preço é muito grande, devido ao grande número de fatores influentes. O cooperado pode vender o café quando e a quanto quiser. A liquidez é diária e o preço é justo. Na compra de insumos, independentemente da variação do dólar, existe a garantia da entrega da mercadoria na condição combinada.

A Cooxupé é uma abalizador do mercado. Na sua área, quem compra café paga normalmente um valor superior ao seu preço. Já quem vende insumos, tem a flexibilidade de negociar um preço inferior. Mesmo quem não for cooperado se beneficia com a presença da Cooxupé, com preço justo pelo insumo e o produto.

A informação é importante para o cooperado. As unidades da cooperativa possuem painel *online* com a bolsa de Nova York e a BM&FBO-VESPA. Assim, o produtor olha o painel: se estiver verde, o preço está subindo; se estiver vermelho, o preço do café está caindo. Esse é o indicador.

Para estabelecer a produtividade, tomamos como base 2002, quando compramos as fotografias de satélite. Criamos um departamento de georreferenciamento, em que os técnicos realizam a medição diária, de modo que os dados são reais. Até 2015, a produção dos cooperados da Cooxupé apresentou crescimento de 83%, enquanto a do Brasil cresceu 29%. Em área, a queda no Brasil foi de 15%, enquanto na Cooxupé se reduziu em 20%. Produzimos e exportamos cada vez mais, em menor área de produção.

Eduardo Leduc

Quando nos convidaram para expor sobre o tema de Liderança no Agro e a visão do que as empresas têm aqui e no mundo sobre o setor agro me veio uma preocupação enorme, pois, de fato, estamos crescendo e ganhando espaço, mesmo neste ano complicado, conquistando posição de liderança na economia brasileira, mas muito pouco eu agregaria para este Congresso ao tema de liderança.

Olhando para o passado, poderíamos falar das conquistas e dos avanços na agricultura brasileira. Para o futuro, esperar pelos 9 bilhões de pessoas para alimentar em 2050. Por isso me pautarei em algumas reflexões para expressar um grande desconforto que tenho como brasileiro, como apaixonado pelo agro.

Ser líder no setor não é sinônimo de ser o primeiro no ranking da eficiência. As nossas posições nos rankings de produção e exportação são indicadores relevantes, mas liderar, em nosso ponto de vista, é outra coisa.

Ser o maior exportador de carne, por exemplo, é ser líder? As principais empresas exportadoras apresentam por anos consecutivos prejuízos pesados, com 1/3 das suas plantas ociosas e baixa capacidade de inovar, de reinvestir. Isso é ser líder? Se tivéssemos mais clientes para exportar, não teríamos boi para abater. Enquanto investimos e financiamos o aumento da capacidade de abate, não investimos no pecuarista, para dobrar sua eficiência produtiva e sermos líder de verdade.

Nos Estados Unidos, abate-se um animal com 18-20 meses e 370 quilos de carne, enquanto, no Brasil, com 30-36 meses e 250 quilos. Eles produzem o dobro com menos da metade de cabeças de gado e nos ditam as regras para sermos aceitos dentro e fora do país. Na nossa visão, só seremos líderes neste setor se o nosso produtor aplicar tecnologia, apresentar atitude e indicadores de líder nos três pilares da sustentabilidade.

Embora tenhamos iniciativas isoladas de algumas empresas, em nossa ambição de liderança neste setor, se não tivermos visão e atuação na cadeia produtiva, não atuaremos de forma ampla e inteligente. Precisamos investir no desenvolvimento e no acesso a um grande pacote tecnológico para o pecuarista. Por isso, vemos nossa



liderança em volume de exportação muito frágil e não sustentável.

Em frangos e suínos, também estamos entre os maiores do mundo, o que é espetacular, mas é inaceitável termos fechado várias plantas produtoras devido ao prejuízo acumulado pelo alto preço e falta de milho. Neste setor de frangos e suínos sim, temos liderança, não só em volume, mas também em produtividade e qualidade, porém não temos uma estratégia e política olhando a cadeia produtiva. Se a situação atual do milho perdurar por mais um ano, muitos produtores de frango e suínos encerrarão as suas atividades. Perguntamos: dá para se considerar um líder global sustentável na produção de frangos e suínos sem infraestrutura e estratégia de armazenagem de milho?

Dói o coração quando viajamos ao exterior ou até mesmo dentro do Brasil e vemos escrito numa embalagem de bombom ou sorvete que é feito com os melhores chocolates belgas. Nosso sonho era ver lá escrito que aquele chocolate tinha

cacau sustentável produzido no interior da Bahia ou do Pará. Os líderes, neste caso, são a Suíça e a Bélgica, sem plantarem um único pé de cacau. No café, já acordamos para a diferenciação, qualidade e tecnologia, mas no mundo ainda somos líderes por volume. Não temos a preferência do consumidor e deixamos para a Alemanha liderar o mercado internacional e agregar a maior parte do valor, pois conquistaram a confiança do cliente por sua visão e segurança na qualidade.

Para sermos líderes, temos de ter a preferência do cliente importador e do consumidor final, que é o cliente do nosso cliente.

O líder é protagonista, dita regras, o líder de qualidade influencia preços. A credibilidade e imagem do que produzimos são fundamentais, precisam ser levadas a sério e necessitam de investimentos no médio e longo prazo e não de campanhas curtas.

O setor de defensivos agrícolas, que representamos como ANDEF, tem a imagem de que o Brasil é líder no uso de defensivos. É excelente para o Brasil, pois o país ocupa um papel estratégico dentro das empresas de defensivos, porém a sociedade nos vê como líderes no consumo de defensivos agrícolas como se a população os consumisse. Isto é um equívoco e muito negativo, não somente para os defensivos agrícolas, mas, principalmente, para a imagem do alimento brasileiro. Somos vistos como problema e não como solução, o que, na verdade, somos por proteger as lavouras e aumentar a produtividade no campo, fortalecendo a cadeia produtiva. O Brasil e os Estados Unidos dividem a liderança em tamanho de mercado e volume de vendas, pelo tamanho que têm na produção agrícola global. Infelizmente, como ainda se perde muito por falta de controle de pragas e doenças, convivemos com o paradigma de o Brasil estar entre os 10 países que mais perdem e desperdiçam alimentos no mundo, o que não é condizente com a posição de líder.

Seremos, com certeza, o maior mercado de defensivos por razões óbvias, diante do aumento dos sistemas integrados de produção, mantendo

produtivo o mesmo hectare durante todo ano, pelo nosso ambiente tropical e pelo avanço de produtividade de que necessitamos para sermos competitivos e sustentáveis.

Somente junto com os outros elos da cadeia produtiva, inclusive o terceiro setor, poderemos trabalhar na imagem para garantir ao consumidor a segurança do alimento produzido no Brasil, além de saboroso e nutritivo.

A nossa liderança não pode ser pautada somente em volume de produtos agrícolas, frequentemente sem agregação de valor. Temos de conquistar a liderança percebida por qualidade e preferência. Só conseguiremos isso se trabalharmos como setor. Por isso, vejo positivamente a criação do Programa de Acesso a Mercado (PAM), que junta o MAPA, MRE, APEX e CAMEX e entidades do Agro para trabalharem na construção desta agenda.

O agricultor está fazendo um trabalho espetacular dentro da porteira. O aumento de produtividade nas grandes e pequenas culturas é a prova disso. Os desafios estão principalmente fora da porteira, onde nós, líderes em nossas empresas e entidades, neste momento em que o Brasil passa não só por uma operação Lava-Jato, mas quero crer estamos passando também por uma mudança de conceito e forma de fazer as coisas. Temos uma enorme oportunidade de atuar de forma mais organizada e profissional, nesta busca de uma liderança sustentável para o Agro Brasil.

Este desafio de ser líder como setor só será conquistado se atuarmos com visão de cadeia produtiva e com atitudes de liderança, com foco no cliente – como cliente me refiro ao consumidor do alimento brasileiro –, com uma visão clara de futuro e muito trabalho.

Os problemas mencionados não são de fatores externos limitantes, como recursos naturais, clima. Não faltará demanda internacional por alimento. Nossos problemas são oportunidades e dependem de nossa força como setor. O planeta Terra precisa de um Brasil que seja líder sustentável na produção de alimentos.

José Roberto Mendonça de Barros

Gostaria de partir para uma visão mais macro. Nosso registro é de que vivemos uma transição para alguma coisa melhor. Temos de ter a completa percepção da necessidade de isso ser construído. Esse é o maior desafio para todos, em particular para a liderança brasileira, inclusive do agronegócio.

Não é a saída e a entrada de presidentes. É a saída de um sistema de poder que nos governa desde 2003, para a entrada de outro sem estar completamente definido. Fazemos isso no meio da maior crise dos últimos tempos. Este ano o PIB será negativo de novo. Só tivemos experiência de dois anos de PIB negativo, em 1930 e 1931. Isso dá a dimensão da crise pela qual passamos.

A troca no sistema de poder significa também uma mudança de modelo econômico. O sistema de poder esgotado tinha uma visão de mundo com economia fechada e de estado em crescimento para todas as direções para abarcar, mandar e comandar as dimensões da vida nacional. Isso fracassou redondamente a um custo enorme.

Necessariamente, o novo sistema de poder terá uma visão de uma economia mais aberta. O negócio não muda muito porque a economia já está aberta, em disputa, mano a mano, com o mundo. A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) acabou de publicar o volume de subsídios atualizados concedidos na agricultura, em relação ao valor da produção. A Indonésia aparece com 35%, o Japão com número superior a 20%, a Europa e os Estados Unidos entre 13% e 20%, e o Brasil, somente 3%. Temos, portanto, o agronegócio mais competitivo do mundo.

A mudança no papel do Estado é uma reconstrução gigantesca. As nossas lideranças, inclusive do agronegócio, terão de se superar e reinventar. Nesses últimos anos, perdemos a inteligência de uma visão de um projeto nacional. Nenhum país se firma ao longo do tempo sem isso. O sistema de poder em saída destruiu boa parte das instituições que se dedicam a esse pensamento. O mesmo aconteceu com as agências reguladoras e algumas universidades públicas.



Estamos sem projetos pensados e discutidos na maior parte das áreas. Existem muitos modelos diferentes e razoáveis de previdência sem uma discussão adequada. O sistema tributário é insustentável, mas o que vem em seguida? Isso vale para a indústria e a infraestrutura.

Faltam narrativas políticas bem construídas. Qualquer reforma trabalhista ou previdenciária significa apenas a supressão de direitos. Ela deveria ser a construção de um futuro sustentável.

A terceirização pode ser vista como a precarização do trabalho, mas a lei que está no Congresso Nacional coloca que quem terceiriza passa a ser responsável pelo recolhimento.

As nossas lideranças, em geral, trabalham basicamente com listas de demandas restritas e defensivas, quando não setoriais ou microssetoriais. Quando o sistema e a visão do Estado estão em mudança, o que manda realmente é a estratégia não só do país, mas dos principais segmentos. Para o Agro, nos próximos 10 anos, o Brasil se tornará o maior *player* do comércio internacional de produtos agrícolas e agroindustriais do mundo, sem perda da qualidade, da competência no abastecimento local.

Podemos mencionar pelo menos seis pontos a considerar nessa direção:

1. Resolver a agenda do século passado nas questões trabalhistas, tributárias e de infraestrutura.
2. Pensar em termos de cadeias produtivas. A divisão da economia feita entre agricultura, indústria e serviços não vale mais. A tecnologia caminha inexoravelmente na direção da digitalização dos diversos processos. Por exemplo, a tendência do café em cápsulas veio para ficar, com preço no supermercado muito superior ao café torrado e moído. Isso é do interesse do produtor, e existem indústrias produzindo cápsulas. Para produzirmos certos *blends*, precisamos admitir a importação de café.
3. Entrar firme na pauta da agricultura de precisão, com a integração de tecnologia de informação, equipamentos, produtos, trabalho no campo, dentre outros.
4. Enfrentar a questão da exportação de *commodities*. Precisamos aumentar o valor adicionado, sem proibir a exportação do produto em grão. É o caso dos biocombustíveis avançados, com seus efeitos positivos sobre o meio ambiente e aquecimento global.
5. Avançar no tema da sustentabilidade ambiental, inclusive para expansão do sistema de integração, lavoura, pecuária e florestas.
6. Acompanhar o processo de globalização e desenvolvimento tecnológico para não ficar para trás.

Por fim, para enfrentar a crise brasileira, é preciso construir uma nova visão estratégica. Essa é a grande exigência sobre as lideranças, inclusive do setor rural. Como a tarefa exigirá reinvenção, o desafio é maior.



Celso Ming

A perspectiva é de ampliação das frentes de negociações comerciais do Brasil, com a União Europeia, Coreia, Japão e Canadá, trazendo impactos para o agronegócio. Como se percebe a coordenação entre o Congresso e o Itamaraty?



Ana Amélia Lemos

Sem comando ideológico na política externa brasileira, o Itamaraty e o MAPA podem montar pautas comuns. Isso aconteceu recentemente em relação à carne *in natura*. O Brasil e os Estados Unidos selaram um acordo para enviarmos o produto, depois de 18 anos. Isso dá uma ideia de um governo à procura de certa unidade. Claro, outros ministros também trabalharam nesse assunto ao longo do tempo.

Apesar de ser urgente, não sabemos o rumo a tomar. Com a criação dos adidos agrícolas, a aproximação entre o Congresso e o Itamaraty melhorou. Os Estados Unidos têm na China 250 adidos agrícolas. Deveríamos investir mais nessa representação. Hoje, ampliarmos as ações políticas e diplomáticas é irreversível do ponto de vista da exigência do mundo.

Na verdade, não adianta regulação e ideologia quando a realidade do mercado impõe uma adaptação. Um aplicativo simples está mais poderoso que qualquer regulação do Ministério do Trabalho. Como é prático e funcional, o Uber se estabeleceu. Precisamos entender isso. O Estado precisa agir de forma competente, com racionalidade e inteligência para ser protagonista e não atrapalhar.



Celso Ming

O Brasil tem uma vocação para produzir, e o mercado precisa de alimentos. Como fixar o homem no campo para que a produção de alimentos não seja prejudicada?

José Roberto Mendonça de Barros

Muita gente está saindo do campo por várias razões. A principal é a renda menor. As ambições são legítimas de trabalhar na cidade. Uma parte também sai por inovação tecnológica e regulatória. O exemplo mais conhecido no Estado de São Paulo é a mecanização da colheita da cana, determinada num acordo há alguns anos, a ser completada no próximo. Para cada máquina que entra, saem 120 pessoas. Quem se acostumou a cortar cana, possui a mão calejada e pesada, com pouca habilidade para guiar uma colhedeira de cana.

Pode ter menos trabalho direto do campo, mas mais emprego na agroindústria. Olhem a ca-

deia do pescado e de laticínios, por exemplo. Toda mudança tecnológica reduz a demanda por trabalho naquela atividade particular. Mas a história do mundo é, em geral, o trabalho sendo criado em outros lugares. A escassez de mão de obra é a característica maior dos países com muita inovação tecnológica.

Exportar pobreza é muito ruim, seja para quem está no campo e para as cidades. As propriedades que ficam para trás em termos tecnológicos deveriam ser objeto de cuidado maior. Em certos casos, compensa a política de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Tem o caso do município de Extrema, no Estado de Minas Gerais, de PSA para os pequenos sítiantes e criadores de gado com renda muito baixa. Esse exemplo se espalhou pelo Brasil.

Celso Ming

Como podemos avançar na comercialização de bens industrializados do agronegócio? Por acaso, os clientes estão mais interessados em comprar farelo de soja do que o próprio grão de soja?



Eduardo Leduc

Perdemos um tempo grande de estar mais avançados na questão da industrialização. O fato de não subsidiarmos a produção agropecuária nos levou a índices de eficiência enormes dentro da porteira. Agora, na parte da agregação de valor, o apoio de entidades transversais e do governo, com financiamentos e olhar de longo prazo, é fundamental.

É muito difícil atuar isoladamente com os elos da cadeia individual: o agricultor, a trade, o porto e o fornecedor, dentre outros. Não conseguiremos avançar se cada um olhar o seu pedaço da cadeia, pois é muito direcionado, com visão de curto prazo ou do oportunismo.

Temos competência para fazer isso, com a melhor matéria-prima do mundo, constância e gente capacitada. Dá para exportar carne com sete quilos de grãos em um quilo de carne, em vez de grãos para fazer carne no exterior. Em termos de sustentabilidade, a conta não fecha. Como estamos muito atrasados, talvez levemos muito tempo para fazer essa transformação. Fiquei satisfeito em tomar um café Prima Qualitá, da Cooxupé, neste Congresso.

Celso Ming

Se a cooperativa é contra a abertura de importação de café no Brasil, olhamos o produto em cápsulas como ameaça ou oportunidade para o setor?

Carlos Alberto Paulino da Costa

No Conselho Nacional do Café (CNC), que representa as cooperativas de café no Brasil, discutimos esse assunto. A Nestlé, quando foi implantar a fábrica em Montes Claros, no Estado de Minas Gerais, com a produção do Dolce Gusto, submeteu à apreciação e teve autorização para importar café dentro de certas regras, para produzir o *blend* desejado. De modo que o setor não é frontalmente contra. Nessas questões de comércio internacional, as negociações envolvem contrapartidas.

Somos o maior fornecedor dessas cápsulas da Nespresso. Cada um que está tomando café neste Congresso, com determinadas qualidades, 30% dele é da Cooxupé. O produtor do café contido naquelas cápsulas possui uma remuneração superior porque é um produto de melhor

qualidade. Então, existe agregação de valor nas cápsulas. Nessa questão de mercado não podemos ser contra, mas sim nos adequarmos à realidade existente.

Celso Ming

As regras do Ministério do Trabalho são aplicadas a bel-prazer no Ministério Público do Trabalho. Como fica a insegurança jurídica?

José Roberto Mendonça de Barros

Existe uma óbvia insegurança jurídica. O pessoal de Mato Grosso do Sul levantaria a questão indigenista. Há várias dimensões nesta questão. A resposta não é só política. Boa parte dos problemas vividos com as regras tem a ver, às vezes, com a omissão e má definição legal. No caso da terceirização, pode terceirizar atividade-meio, mas não pode atividade-fim. Mas o que é uma e o que é outra? E isso não foi votado, isso foi uma interpretação do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que cria leis pela ausência de leis claras.

Há uma demanda muito grande sobre o

Congresso Nacional para as leis serem claramente redigidas. Como muitas vezes a redação dá margem a interpretações, infelizmente, continuamos a ser um país com leis que pegam e outras que não pegam. Com essa mudança no modelo do sistema político, essas questões precisam ser levadas da forma mais clara possível pelas lideranças. É um problema infernal. Essa névoa de leis e regulamentos não muito claros acaba em demandas intermináveis na Justiça.

Ana Amélia Lemos

Quando se redige uma lei, há muita responsabilidade para não provocar mais insegurança. Sustentamos e damos muito emprego para os advogados trabalhistas e para a própria Justiça Trabalhista. É mais um custo do Brasil. Nos reunimos com a indústria de laticínios do Rio Grande do Sul. Existe uma Norma Regulamentadora (NR) que afeta a condição do nível de emprego para o trabalhador e provocará grande automação. Para a juíza do trabalho, o desemprego a ser causado não era problema dela. Cumpre-se a lei sem nenhuma sensibilidade com a realidade e o conjunto da situação vivida pelo país. Essa é uma questão bastante séria.



Painel 2

PROTAGONISMO DO AGRONEGÓCIO



Moderador:

Fernando Lopes, Editor de Agronegócios do *Valor Econômico*

Debatedores:

Marcelo Furtado, Representante da Coalizão Brasil, Clima, Florestas e Agricultura

Marcos Azambuja, Embaixador

Marcos Montes, Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária

Roberto Rodrigues, Coordenador do GVAgro

Zeina Latif, Economista-Chefe da XP Investimentos

Fernando Lopes

Com a exposição de ideias e debates de pessoas graduadas, esperamos colaborar para a continuidade da evolução do setor, como tem sido nos últimos anos.

Marcos Montes

Esse protagonismo do agronegócio não pode ficar gravado só na memória da comunidade rural. Precisamos transpor as barreiras dos perímetros urbanos. Essa nossa força no Congresso Nacional, tendo como base a Frente Parlamentar da Agricultura (FPA), se espalhou para vários lugares. É natural encontrarmos resistências. Mas, com a participação de 42 entidades, o Instituto Pensar Agro (IPA) dá as condições para estudar-

Marcos Azambuja

A primeira informação não é nova, pois tem 516 anos, na carta escrita por Pero Vaz de Caminha para o rei de Portugal. Ele descrevia a existência de uma terra ampla (chã), vasta, cheia de águas e com o clima ameno. A vocação agrícola era nítida desde o primeiro momento. Esse era o nosso destino.

É curioso, até agora não conseguimos entender essa primeira mensagem de o negócio nacional ser o agronegócio. O próprio nome do Brasil vem de uma madeira utilizada para tinturaria, o seu primeiro produto comercializado com o mundo.

As armas e os escudos do Brasil são flanqueados por folhas de tabaco e de café. Na heráldica nacional, a agricultura está presente na maneira mais emblemática. É uma obviedade extraordinária entender a vocação agropastoril do Brasil. Não conheço ninguém que chegue aqui e, depois de uns dias, não se dê conta da naturalidade irresistível dessa vocação.

Ao longo de séculos, lutamos para transformar esse destino irresistível em vocação igualmente irre-

mos e debatermos projetos importantes para o Brasil. Nosso discurso técnico e político é muito contundente.

Estamos prestes a discutir a questão de se fazer a equivalência nas atividades do Brasil, para as empresas multinacionais. Assim, as montadoras e os grandes supermercados internacionais puderam se instalar e desenvolver atividades permitidas pela legislação brasileira. Lutaremos, por exemplo, para autorizar as empresas estrangeiras a adquirirem terras como empresas brasileiras.

Isso é uma forma de enxergar a questão por um ângulo da aplicação da legislação nacional aos investidores de fora do país e aos próprios brasileiros. Não é nada mais nada menos do que empresas brasileiras com capital estrangeiro. Pretendemos também avançar na legislação de defensivos agrícolas, com maior agilidade na liberação de novas moléculas, e na reforma trabalhista.



sistível. O Brasil maltratou a sua agricultura. Era um desprestígio trabalhar no campo, era tida como uma atividade modesta e manual, ligada à escravidão.

O Brasil sempre teve o fascínio e o encantamento com a cidade e não prestigiava o campo. Essa ideia levou muito tempo para ser desvencilhada e ainda não está totalmente dominada. Existem nú-

cleos de resistência. Durante o século 20, o desprestígio da agricultura tinha uma falsa legitimação científica, com base em três motivos.

Primeiro

Havia uma teorização de que a indústria tinha um prestígio e uma qualidade maiores.

Segundo

Um país agrícola tinha um destino inexorável de pobreza e de marginalidade, com a degradação das suas relações de troca.

Terceiro

A ideia de a indústria promover a urbanização.

Durante séculos, fomos um país essencialmente rural. Distantes umas das outras, as cidades eram poucas. Éramos um arquipélago de fazendas, onde a vida se dava, com algumas cidades.

Com fascínio pela cidade, o meu avô, um ex-agricultor, preferia morrer debaixo de um ônibus a morrer debaixo de uma mangueira. É a confissão de fé do encantamento com a possibilidade de civilização da cidade.

Com poucas exceções, tivemos relação amiga e bela com a natureza, como o movimento romântico europeu e norte-americano. O aperto de uma cidade tinha maior grandeza que a vastidão de um grande espaço físico. Essa filosofia e a maneira de ver fixavam a ideia de que o campo era uma coisa de onde você vinha e não para onde você ia. O Brasil carrega o pecado mortal desse distanciamento da cidade com o campo.

Na minha família, de longas raízes nesse país, a ideia era de as pessoas virem do campo para a cidade, como se fossem patamares sucessivos de uma marcha. Não era a ideia de alternativas equivalentes de vida. E a cidade de referência era o Rio de Janeiro. Criamos a mitologia urbana e uma falsa sedução, enquanto a qualidade de vida em nossas cidades ficou muito ruim, com favela e pobreza. O Brasil negou-se a si mesmo. A nossa única grande guerra foi a agrícola.

A Independência do Brasil, damos crédito a Dom Pedro I, mas nos fizemos independentes na Batalha de Guararapes, no Estado de Pernambuco, com a derrota da Holanda, uma das maiores potências do mundo na época. Resistimos porque os campos de

cana de Pernambuco, Bahia e Paraíba já eram nossa alma, na defesa do açúcar, um dos três principais produtos da vida internacional.

Durante o século 20, a influente Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) sugeriu que a indústria acumulava tecnologia, enquanto a agricultura ficava mais ou menos no remanso de não querer. Assim, os recursos agropecuários foram transferidos para alimentar a industrialização do país. Não era um erro, mas uma necessidade. Embora tivéssemos condições agropecuárias extraordinárias, a nossa tecnologia era rudimentar. Por isso, rejeitamos essa ideia de uma supremacia industrial sobre o agropastoril e vice-versa.

Fomos criados com a ideia de que a possibilidade de incorporação do cerrado ao Brasil produtivo não existia. Assistimos a uma dupla revolução: a viabilidade do cerrado e o ganho na ciência e tecnologia agrária com o trabalho da Embrapa e das universidades.

Há uma oportunidade de cooperação crescente entre a diplomacia e o agronegócio. Temos uma inserção multilateral competente e a chefia de brasileiros na Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentos (FAO) e na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Essa é uma vantagem estratégica importante, de influência real. Deixamos de ser um ator econômico secundário para ser um protagonista. Somos o segundo maior exportador mundial de alimentos. Chegaremos a uma posição de grande potência inteiros, e não aos pedaços. Somos um BRIC, um país grande e emergente por causa da agropecuária, diferente da excelência da produção do Japão, Coreia, Suíça, etc.

Se dependesse apenas do agronegócio, o Brasil não estaria em recessão, seria apenas um país em crescimento reduzido. Isso é um dado essencial. Trabalharemos com mais foco para fazer uma diplomacia de resultados.

Apostamos bem nos grandes arranjos mundiais, nos ciclos da OMC, nas Rodadas Uruguai e Kennedy. Agora, procuraremos estabelecer acordos bilaterais, sub-regionais, plurirregionais. Ficamos prisioneiros de acordos globais, que são bons, mas precisam ser fragmentados e trabalhados em pedaços.

Primeiro ponto, trabalhar com os melhores sócios, sem preconceito ideológico. Segundo, fazer

uma política de aproximação com os países vizinhos para eles escoarem seus produtos através dos nossos sistemas rodoviário, ferroviário, portuário. Terceiro, conseguir uma melhor qualificação dos produtos, pois o protecionismo é muito usado para impedir a entrada de produtos de outros lugares, sob a alegação de saúde animal e vegetal. Fui Embaixador na França, com um mapa geográfico de propriedade intelectual: cada cidade tem um produto consagrado pelo nome. Então, Coulmiers é um lugarejo, mas com o nome de um queijo conhecido mundialmente.

Durante anos, fomos vistos como destruidores do meio ambiente. Achávamos que era uma conspiração para nos mantermos pobres. Foram feitas bobagens, mas sem complexo de culpa. Existem

imensas áreas preservadas, numa atitude mais saudável e consciente. Demos conta, portanto, de que esse cuidado não é para os outros, mas para nós mesmos.

Estávamos numa reunião aqui em São Paulo, em que o Presidente Bill Clinton disse que os Estados Unidos sempre fazem a coisa certa, mas só depois de excluir todas as alternativas. O Brasil é um pouco assim também. Convidamos os Jogos Olímpicos quando achávamos que estávamos ricos, para realizá-los na penúria. No início de Brasília, acompanhávamos o cardeal Cerejeira, de Portugal, que foi visitar a cidade a convite do Presidente Juscelino Kubitschek. Perguntamos a ele se estava tudo bem? Ele respondeu: “Está bem, mas ainda estão a construir o quarto”.





Marcelo Furtado

O Embaixador Azambuja falou sobre o Brasil para fora. Foi muito interessante, porque, apesar de representado nesses 500 anos, o agronegócio foi projetado como o futuro. É importante refletir sobre isso. Como veio uma responsabilidade de solução para o planeta em crise, cabe ao setor dizer como prescreve e vê essa transformação. Se no passado tivemos 500 anos para chegar a uma equação, teremos esse tempo agora, com recursos escassos e ausência de vários elementos ideais, como vontade política e reconhecimento da sociedade?

A nossa conversa é com o Brasil da convergência e da construção. Em qualquer movimento de transformação, encontramos dois elementos importantes. O primeiro é o poder do setor para transformar o país e o planeta. O segundo é o alinhamento da visão para a transformação do Brasil e do planeta na equação sustentável de uma economia de baixo carbono dentro do setor.

Olhamos a visão de cadeia produtiva e da sociedade. Trabalhamos em várias provocações para dizermos as iniciativas feitas na condução do Brasil para o caminho de uma economia de baixo carbono. Mostramos a questão da sustentabilidade e os desafios socioambientais a serem ultrapassados.

Se na cadeia produtiva não existe sempre um ponto de vista comum, há de haver um espaço de discussão privilegiado para os atores ganharem confiança e abertura, com ideias e provocações, de modo a sairmos do nível de conforto em prol de uma transformação.

O papel da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura é ser um fórum de debate na tentativa de construir alguns acordos e visão compartilhada. Se isso não for possível, explicitar os desacordos, para enfrentá-los com bons argumentos, estudos e negociação política de diferentes pontos de vista. O que a sociedade civil, o setor produtivo e a academia acham disso? É um exercício extremamente importante.

Quando há o entendimento e o respeito mútuo, é possível construir soluções. Por exemplo, recentemente fizemos uma declaração pública da Coalizão na questão da extensão do prazo do Cadastro Ambiental Rural (CAR). Reconhecemos que uma parte importante do agronegócio fez a lição



de casa, como era esperado no Código Florestal brasileiro. Esses agricultores devem ser privilegiados e recompensados, mas ficaram os otários da equação, enquanto quem postergou virou o esperto.

Quando a Coalizão conversou com os Ministros Blairo e Sarney, a linha foi dar um sinal de diferença, com a criação de um mecanismo inovador de *fast track*: quem fez o CAR vai para o Programa de Regularização Fundiária (PRA) com algum tipo de reconhecimento.

O grande desafio de protagonismo e liderança do setor é a mudança de narrativa. Temos duas citações. Uma é do Homem-Aranha: “Com o poder, vem a responsabilidade”. Um setor com tanto poder deve ser agente de transformação, tracionando, incorporando, prestigiando e condenando os que não fazem direito. A outra é de domínio popular: “Aqui se faz, aqui se paga”.

Um papel mais importante da Coalizão é garantir a implementação do Código Florestal e, ao mesmo tempo, mostrar que é possível produzir alimentos, combater as mudanças climáticas, criar emprego e gerar renda. Essa mudança é uma transição para a sociedade como um todo e, particularmente, para o setor de cada um. Quem está preparado para fazer esse esforço? A Coalizão prega a visão de que um Brasil competitivo precisa enten-

der a agricultura de baixo carbono.

O protagonismo e a liderança são para reflexão, como uma condição *sine qua non* para o futuro do setor e do país. Se não nos empenharmos nessa transformação, serão criados novos conceitos sem a nossa participação. Temos 14% da água do mundo e um estoque de carbono que permitiria, se fôssemos a economia americana, 16 anos de desenvolvimento industrial.

Devemos olhar com inteligência de estratégias para as oportunidades geradas pelo Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas em 2015. Teremos a implementação da chamada Pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada (INDC) e, particularmente, a INDC brasileira, com a recuperação das áreas degradadas. Isso será positivo para a economia, o meio ambiente e as pessoas.

Essa evasão do campo não se deu apenas porque as cidades foram vistas como um farol atraente. O problema é o campo ter-se torna-

do um lugar onde não se quer ficar. Em nossa atividade no Instituto Arapyauú (ONG), o grande desafio é convencer um jovem para trabalhar na zona rural, no agronegócio de cacau e chocolate, no sul da Bahia.

De qualquer forma, lançaremos neste segundo semestre um centro de inovação para o cacau, para análise e medida de amostra de amêndoa, financiado pelo Instituto Arapyauú. É uma aposta numa cadeia de valor do agronegócio.

Estamos de fato a caminho da interdependência e da cooperação. Quem demorar nesse entendimento perderá o bonde. A transformação a ser feita é grande e complexa, com a necessidade de craques em todas as posições. É montar um time vencedor. Para isso, precisamos pensar em três dimensões. Primeiro, o engajamento de jovens para permanecer no Brasil rural. Segundo, a inovação na maneira de pensar, decidir e agir. Terceiro, a viabilidade do pequeno agricultor.

Zeina Latif

Começamos o ano com medo da espiral inflacionária. Discutíamos a possibilidade de caminhar para uma patologia na economia chamada dominância fiscal, quando o Banco Central perde a sua capacidade de controlar a inflação. Os agentes econômicos questionavam fortemente a capacidade do Estado na solvência da dívida pública. Diante disso, o mercado precificava uma taxa de câmbio de R\$ 6 por dólar para 2018 e 2019. Agora, assistimos às expectativas inflacionárias e aos preços de ativos menos nervosos, mesmo sem nada concreto ter sido feito.

Temos a expectativa de reformas, ainda uma promessa. Mas, no mundo da economia, isso importa. No fundo, os agentes econômicos notam o ajuste fiscal como agenda de governo e não de ministro. É diferente de quando os Ministros da Fazenda Joaquim Levy e Nelson Barbosa defendiam as reformas estruturais sozinhos, na profundidade, na escuridão e na marginalidade.





Com o tempo, é claro, chegará a cobrança, e o governo terá de mostrar resultado. Essa pressão é saudável. As reformas são necessárias porque a população brasileira fica mais velha, e a conta da previdência não fecha. Pior é o calote de não ter como pagar os benefícios às pessoas aposentadas.

Essa talvez seja a crise fiscal mais séria num momento em que a sociedade não aceita mais o financiamento inflacionário do desequilíbrio fiscal com as pedaladas. O aumento da dívida pública possui limites, e perdemos o grau de investimento. Já fomos punidos. A sociedade também não mostra disposição para o aumento da carga tributária.

Então, não tem jeito, teremos de fazer a reforma estrutural. Na questão política, o governo compreende isso. A questão não é se o PMDB é amigo da reforma estrutural e da disciplina fiscal. A cobrança nesse sentido somente aumentará.

O debate econômico no Brasil melhorou muito em relação, por exemplo, às eleições presidenciais de 2014. A situação colocava a desaceleração da economia como transitória, fruto de uma suposta

crise internacional, enquanto a oposição não conseguia fazer o contraponto. Foi uma campanha muito pobre nesse aspecto.

Essas reformas da previdência, privatização, concessão e outras, mesmo que não ocorram na velocidade necessária, o fato de discuti-las já é um passo importante. Esse anseio da sociedade por serviços públicos de melhor qualidade força o gestor público a reavaliar cada uma de suas políticas.

Vamos para a história do agronegócio e das lideranças. Essa responsabilidade com ajuste fiscal é de todos. Não podemos ter a postura de ser assunto do governo. Todos precisam se envolver e participar do debate para apoiar na direção correta. As lideranças políticas têm um papel muito importante na definição da agenda econômica do país.

Algumas decisões do governo vão na direção contrária ao ajuste fiscal. Na pressão do aumento feito no funcionalismo virão outros, com impacto nas esferas estadual e municipal. Com uma inflação elevada, não há como evitar reajustes, mas o momento foi infeliz. No setor produtivo privado, o

desemprego aumenta e as demissões continuam. Sentimos falta da liderança do setor privado para falar que não era a hora de fazer esse ajuste.

O teto dos gastos explicita a necessidade de repensar as políticas públicas, porque reforça a necessidade de ajuste e restrição orçamentária, rasgada nos últimos anos. O desrespeito para com a Lei de Responsabilidade é um princípio caro para o país.

O exemplo clássico de política equivocada é a política dos campeões nacionais do BNDES. Foi uma forma de substituir *funding* das empresas e não de aumentar investimento. Teremos de repensar isso. Como fica ainda a agenda do agronegócio na questão da insegurança regulatória, jurídica, ambiental, de financiamento do setor. Com essa crise fiscal, não dá para ficarmos presos no velho modelo do passado.

Falamos de um comércio mundial praticamente estagnado e com uma recaída protecionista. Alguns países ganham destaque como exportadores. Os Estados Unidos querem crescer sua participação na exportação de grãos, na visão de que a América Latina não tem na margem a mesma capacidade de reação. Temos de nos esforçar para lidarmos com esse mundo competitivo com cacoete protecionista e forçar reações internas. Vemos a taxa de câmbio em patamares menores diante da elevada liquidez e juros baixos no mundo. Esse contexto conjuntural exige cuidado na definição principalmente na agenda microeconômica do setor.

As pesquisas mais recentes apontam que a democracia ajuda no crescimento econômico, enquanto a participação das lideranças do setor privado é fundamental.



Roberto Rodrigues

O protagonismo do agronegócio é conhecido, como mostram as estatísticas sobre a sua participação no PIB, na balança comercial e no emprego nacional. Então, por que não há espaço correspondente a esse protagonismo na área política? Temos uma mídia ótima do nosso lado, como o *Valor*, o *Estado*, o *Canal Rural*, o *Canal Terra Viva*, o *Canal do Boi* e muitos outros veículos. É muita coisa positiva. O fato de não atravessarmos essa nata que nos separa de uma coligação mais massiva com a sociedade de uma maneira geral não é um problema nosso.

Norman Borlaug foi Prêmio Nobel da Paz em 1970. Ele fez a Revolução Verde, gerando uma condição de alimentação para o mundo inteiro. Faz 46 anos. Depois disso, como é a única garantia de paz, a segurança alimentar passou a ser tema central no mundo. A ONU fala das demandas para 2050. Por que o agro não é novamente contemplado com o Prêmio Nobel da Paz? Médicos Sem Fronteira ganharam. Por que não ganham as cooperativas, responsáveis pela mudança do cenário de alimentação no mundo?

Então, na verdade, o desafio é atravessar essa



relação urbana e rural, de modo a transformar o nosso protagonismo real em termos econômicos, sociais e políticos. Hoje, a Frente Parlamentar da Agricultura fala com a sociedade urbana de uma maneira mais abrangente, mas falamos para nós mesmos sobre as questões de segurança jurídica, trabalho e tributação.

Precisamos atravessar isso, ao falarmos dos temas amplos, atuais e centrais do Brasil contemporâneo. Discutir como resolvemos o ajuste fiscal. O agro deve participar dessa discussão, não subsidiariamente, mas com um papel central. Debater o tema da segurança jurídica de forma mais abrangente do que a invasão de terra e a remarcação das áreas indígenas. As reformas política, trabalhista, previdenciária e tributária dizem respeito ao interesse do Brasil inteiro. Somos parte importante disso.

Há uma discussão recorrente sobre a carência de líderes no mundo de hoje. É verdade. Quando olhamos os acontecimentos nos Estados Unidos, ficamos impressionados com a situação da maior democracia do mundo. Na Europa, quem é o líder? Para o francês François Hollande falta prestígio, enquanto a própria Angela Merkel perde espaço. Quem é o primeiro-ministro do Japão e o presidente da China? Ninguém sabe. Não tem líder para definir os caminhos.

Já o agronegócio brasileiro não tem esse problema e está cheio de líderes da maior competência. Olhem os líderes neste plenário. Todos competentes, sérios e preparados. Precisamos colocar essa turma no temário nacional.

Essa campanha da Rede Globo em relação ao agronegócio muda o cenário brasileiro na compreensão urbana do papel do agro! Tentamos fazer isso no passado, com o Sou Agro. Sem conseguir, demos ainda todo tipo de pulos para resolver uma comunicação melhor. Andamos pelo Brasil inteiro e sentimos uma reação geral de gratidão à Globo por isso. Agora, precisamos olhar essa participação republicana do agro no negócio nacional como um todo.

Primeiro, defender a igualdade de oportunidade para todos os produtores e trabalhadores rurais. Segundo, liberdade para todos exporem seu pensamento de maneira concreta. Terceiro, avançar em inovação. Todo esse conteúdo na forma do antigo programa Gente Que Faz, com a inserção da fala das pessoas de todos os lugares do país sobre essa multiplicidade e diversidade representadas pelo agro brasileiro.

A apresentação do Embaixador Azambuja é sempre uma aula. Mas o Pero Vaz de Caminha, em grande parte, é o responsável pelo que aconteceu conosco no Brasil, quando escreveu que “nessa terra, se plantando tudo dá”. É mentira. O Brasil é de





terra pobre. Meu pai falava: “Terra no cerrado, nem dado nem herdado”. O Brasil é campeão na produtividade agrícola no cerrado por causa dos profissionais abnegados que fizeram tecnologia e ciência agrária no Brasil.

Fernando Lopes

Na definição das políticas públicas, como conseguimos uma voz maior para levar em consideração o fato de o país ser muito forte no agro?

Zeina Latif

O Brasil coleciona muitas distorções na sua estrutura produtiva. Geralmente, para eliminar uma, cria-se outra. Uma agenda para o agronegócio e outros setores é o Estado parar de atrapalhar. Tem de reavaliar as intervenções microeconômicas feitas e pensar na segurança jurídica. Os marcos regulatórios, por exemplo, para investimento em infraestrutura deixam brechas. Com a montagem de regulamentações modernas, todos saem beneficiados. Perdemos muitas oportunidades em vários setores da economia. Discutirmos o Estado enxuto ou não enxuto, para desenvolvermos uma ação mais eficiente, com maior potencial para o crescimento do país.

Roberto Rodrigues

Podemos pensar duas questões de maneira bem clara. Uma delas é o Custo Brasil, com peso relevante para o agro na infraestrutura e na tributação. A outra é a abertura de mercado. O protecionismo cresce no mundo como consequência do terrorismo. O estudo da OCDE mostra para 2020 um aumento na oferta de alimentos de 20% no mundo e 40% no Brasil. Há uma demanda crescente nos países emergentes. Estamos de costas para isso. Temos um campo fértil de atividades para trabalhar o agronegócio, desde a agregação de valor até os acordos de comércio.

Marcos Azambuja

O Brasil é um país excessivamente diagnosticado. Nossos problemas são examinados com rigor e minúcia, mas não se faz a terapia. Todos sabem a lição, e não carecemos mais de análise. A fadiga de ser brasileiro é infinita, de ouvirmos a mesma história repetida. É uma sabedoria sem levar à ação. Há náusea entre nós mesmos. Às vezes, com um pouco de autoflagelação. Para sermos prosaicos, governar é arroz com feijão. Governar não é uma arte elitista, não requer cérebros extraordinários, senão seria uma coisa reduzida na Grécia clássica e na Florença da Idade Média e Renascença. Governar é bom senso, com ação razoável e contínua, sistemática e sensata.



Marcelo Furtado

O compromisso do Brasil com a INDC, no Acordo de Paris, é recuperar 12 milhões de hectares de áreas degradadas, correspondentes à área da Inglaterra. Não existe possibilidade de atingir essa meta sem o agronegócio. Debatermos como fazer isso da maneira mais inteligente do ponto de vista econômico, ambiental e social. O Sistema Florestal (SAF) oferece fluxo de caixa mais favorável, principalmente pelas receitas obtidas com os cultivos intercalares, enquanto a árvore cresce.

As políticas públicas devem ser sinérgicas. Estudos em Israel mostram uma perda de 40% na produção agrícola depois da colheita. Eles desenvolveram uma técnica com óleos essenciais para dar mais tempo de prateleira aos alimentos. Com isso, as perdas caíram para 25%. Chamariamos isso de política de bom senso. Nesse sentido, provocaria o Roberto Rodrigues de que o agronegócio precisa falar e ouvir. O Luiz Cornacchioni, da ABAG, pratica isso na Coalizão.



Fernando Lopes

Temos duas perguntas. Primeira: diante da monumental liquidez internacional, decorrente de política de juros negativos e economias centrais, qual seria a iniciativa pública para a atração desse estoque de capital ao agronegócio? Segunda: como manter os jovens no campo ante esse desemprego recorde no Brasil?



Zeina Latif

Conversamos com investidores de diferentes classes de ativos. Existe um fluxo dos investimentos em títulos públicos, face às taxas de juros elevadas no Brasil. Quando os investidores olham o setor produtivo, percebemos o incômodo da insegurança jurídica. Com tanto intervencionismo estatal, esse risco aumentou. A Medida Provisória (MP) para reduzir a tarifa de energia, por exemplo, foi um sinal muito ruim. Temos potencial para atrair capital, mas a agenda microeconômica é essencial. Ficamos preocupados com as taxas de desemprego dos jovens, pois a falta de perspectiva nessa idade é um perigo. Por isso, precisamos de leis trabalhistas mais flexíveis.



Marcelo Furtado

É importante o agronegócio criar uma relação de conexão com o jovem. Afinal, quem estará no agro daqui a 10, 20 anos? Há um desafio não só de modernização, mas de comunicação do setor. A atratividade pode se dar pela abordagem tecnológica, de como estimular *startups* e abrir espaços para a tomada de decisão. A estrutura do produtor rural do sul da Bahia é rígida: sabe quem faz aquilo há muito tempo. É preciso envolvimento, permissão de erros e ousadia na inovação, sempre com alguma supervisão. É preciso protagonismo para o agro e o jovem.



Fernando Lopes

Como educar ao mesmo tempo o consumidor e o governo regulador para trazer as mudanças modernizadoras ao agro?



Marcelo Furtado

Na minha experiência na Coalizão e no Greenpeace, seriam os consumidores e a sociedade. O produto do agronegócio está no cotidiano das pessoas. Há um aumento de consciência do consumidor em relação ao produto no exercício da opção de compra. A sociedade cobra essa mudança. Na discussão da carne associada ao desmatamento e à mão de obra escrava, os supermercados colocaram a necessidade de uma conversa com o setor pecuário. A indignação do consumidor cidadão com a cadeia de valor foi mostrada no programa da Ana Maria Braga.

Naquele momento específico, a cadeia não estava integrada o suficiente para uma maior sinergia de um ajudar o outro a resolver o problema. Estava mais na linha do toma que esse problema é seu. Então, cada setor foi encontrando a solução e empurrando o problema para baixo. O resultado, em geral, estoura no produtor, o elo mais vulnerável. Para lidar com isso, é mostrar para o próprio consumidor que ele faz parte da cadeia. A sua educação está no questionamento da legalidade de um produto quando está sendo comprado.

Painel 3

ÉTICA E O BRASIL



MODERADOR

Augusto Nunes, Colunista da *Veja* e Apresentador do Programa *Roda Viva*, da TV Cultura

DEBATEDORES

Carlos Ayres Britto, ex-Presidente do STF e do TSE

Eduardo Giannetti da Fonseca, Economista

Luiz Felipe Pondé, Filósofo e Ensaísta



Augusto Nunes

Enfrentamos uma conjunção de crises na área econômica, na política e na moral. Enfatizaremos esta última. A necessidade do combate à corrupção foi escancarada pelo julgamento do Mensalão e pela Operação Lava-Jato. Uma das constatações feitas recentemente é contrária à lenda. O brasileiro se preocupa com a corrupção e está exausto de tantos escândalos. Então, o Brasil realmente está em um processo de mudança. A prioridade é darmos um salto ético. Precisamos de mais leis ou basta o cumprimento das leis existentes?





Como jurista e como constitucionalista, temos o hábito imperioso de consultar a Constituição Brasileira sempre quando falamos para o público. Comparamos a Constituição Brasileira pela sua densidade principiológica e materialidade expandida. É como certo posto de gasolina na propaganda radiofônica e televisiva com resposta para todas as perguntas. Como se diz na Bahia, de parto de onça à atracação de navio, a resposta está na Constituição Brasileira.

A palavra ética, só para avivar a memória de todos, vem do grego *ethos*, que significa costume, notadamente um costume coletivo, superior, intrinsecamente meritório e valioso, revelador de integridade de caráter, honestidade e decência. A Constituição não usa a palavra ética, mas, em copiosa abundância, a moralidade com os seus múltiplos conteúdos e desdobramentos.

Podemos antecipar um ponto de vista de que o Brasil dos nossos dias está a se caracterizar por algo importante e imprescindível. Há uma exigência de cumprimento fiel das normas constitucionais de conteúdo ético e moral. Uma nova mentalidade coletiva se forma em torno da imprescindibilidade

da ética, enquanto valor e princípio favorecedores a todas as pessoas, indistintamente.

Essa consciência coletiva da imprescindibilidade da ética, digamos como padrão de conduta coletiva, notadamente a pública, leva o Brasil a experimentar ganhos de qualidade na sua vida jurídica. Passaremos em revista o corpo normativo da Constituição para dar uma noção do quanto a ética e a moral são prezadas e levadas em consideração pelo texto magno e carta fundamental do país.

A corrupção, naquele sentido coloquial não propriamente penal, é uma disfunção ética, de disfunção moral, com a fratura de princípios de decência e de honestidade. Historicamente, a corrupção é o principal ponto de fragilidade estrutural do país, respondendo pelas nossas mais graves disfunções estatais e privadas. Lamentavelmente e desgraçadamente, temos de dizer isso.

Não há nenhuma outra Constituição tão preocupada com desvios éticos como a brasileira de 1988. Por exemplo, já na parte introdutória dos direitos individuais e coletivos de caráter de tomo fundamental, a Constituição diz, no art. 5º, § 58º, que qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular em defesa, junto com outros bens jurídicos, da moralidade administrativa.

A moralidade administrativa se põe como objeto do manejo da ação popular. Nesse diapasão, o art. 14, § 9º, cita que a lei complementar disporá sobre outras condições de inelegibilidade, para preservar quatro bens jurídicos, dentre eles a probidade administrativa e a moralidade no exercício dos mandatos.

A Constituição fala de candidato no sentido de ético, de cândido, puro e limpo, e de candidatura como sinônimo de candura, pureza e limpeza. Por isso, nesse mesmo dispositivo, a vida pregressa do candidato não é a vida futura, mas a vida passada.

A Constituição é isenta de maior passivo processual, sobretudo penal, no campo das ações de improbidade administrativa. Não é de se conceber um indivíduo que, permitam-me a metáfora, quiçá demasiadamente coloquial, desfila pela passarela quase inteira do Código Penal se apresente como representante e candidato do povo.

Ainda no art. 14, no parágrafo de nº 10, a Constituição diz que o mandato eletivo, já obtido, pode ser impugnado por uma ação de impugnação de mandato eletivo na Justiça Eleitoral por motivo de corrupção, fraude ou abuso de poder político e econômico.



A legitimidade que um candidato obtém pela voz das urnas se dá no plano da investidura no cargo político de representação popular. Portanto, é preciso ainda que esse candidato prossiga na sua legitimação pelo exercício. Se por acaso se deslegitimar no plano de exercício, o candidato se submete, no limite, ao impeachment, art. 85, de improbidade na administração.

A Constituição fala no art. 5º da perda ou suspensão de direitos políticos ao dizer o que é a improbidade administrativa. No art. 37, enfaticamente, a Constituição diz que os atos de improbidade administrativa acarretarão “suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, indisponibilidade dos bens, ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível”.

O nosso desafio no Brasil não é dos piores. Da ausência de normas éticas não podemos nos queixar. Devemos sair da melhor normatividade para a melhor experiência e do discurso para a prática. Encurtar a distância entre o que o indivíduo prega e faz. Autêntico e verdadeiro é quem se torna encarnação do seu discurso. Faz exatamente o que propaga, propala e prega. Essa é a exigência da Constituição.

Temos outros dispositivos, por exemplo, para ser ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Supremo Tribunal de Justiça (STJ) e dos Tribunais de Contas. Além da notabilidade do saber jurídico, é preciso reputação ilibada. A Constituição é inigualável nesse plano da preocupação, com esse valor fundante de uma vida coletiva civilizada, ética, democrática e humanista.

E no campo da economia, em que o agronegócio faz parte dessa ordem, há normas que exigem a elaboração de leis no sentido de coibir o abuso do poder econômico caracterizado pela eliminação da concorrência, domínio dos mercados e aumento arbitrário dos lucros. Há também lei que, independentemente da responsabilização individual de um sócio de empresa, venha a responsabilizar a própria empresa por cometimento de atos lesivos à economia popular e à ordem econômica e financeira.

À luz dessa Constituição, o Brasil experimenta uma nova condução de processos penais. À Ação Penal 470, popularmente conhecida com o nome de Mensalão, o Supremo aplicou republicaneamente a Constituição a partir do início do seu art. 5º, cuja dicção é esta: “todos são iguais perante a lei”.

A denúncia foi acolhida pelo Ministério Público e subscrita pelo Procurador-Geral da República Antônio Fernando. Tivemos 40 réus no ponto de partida, praticamente todos situados nos patamares mais altos da pirâmide social, econômica e política.

Não obstante, o Supremo abriu um processo e contou uma história processual penal com começo, meio e fim. Também mandou um recado para o país, de que não se pode fazer um projeto de poder às custas do erário público, notadamente de modo a golpear o princípio republicano da rotatividade no exercício dos cargos políticos com competição sincera e em igualdade de condições com correlação de forças.

A Lava-Jato prossegue com esse propósito de tratar o direito penal não mais lenientemente, com

postura interpretativa cúmplice. O processo, embora ainda submetido a recursos, incorpora dezenas de condenados.

O judiciário tem um sistema recursal conhecido de quatro instâncias e, sobretudo, os tribunais não têm como lavar a jato as suas decisões. É preciso paciência.

Nessa apologia da Constituição, a nosso sentir e pensar, estamos de parabéns. Alguém dirá: “Como assim, com essa crise econômica, política e ética?”. Sim, há alento. Fazemos o jogo da verdade constitucional. Essa Constituição foi muito criticada porque não fez regime de emagrecimento normativo. É uma Constituição robusta e rotunda. Como dizia Fernando Sabino, é preciso fazer da queda um passo de dança.

Ao longo do tempo, percebendo que essa Constituição nos torna um país rigorosamente primeiro-mundista, vamos vitalizá-la. Afinal de contas, é uma Constituição com aquela tríplice dimensão das democracias contemporâneas, com liberdade, igualdade e fraternidade.

À luz da Constituição, produzimos leis renovadoras dos nossos costumes, significantes de uma mentalidade muito mais atualizada, como as leis de Acesso à Informação, Marco Civil da Internet, Lei de Improbidade Administrativa, Lei de Proibição de Financiamento Empresarial de Campanha Eleitoral, Lei Maria da Penha e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

O STF também bem merece se colocar enquanto nosso credo jurídico e nossa bíblia também jurídica. À luz dessa Constituição, o STF elaborou decisões como células-tronco embrionárias, homoafetividade, interrupção de gravidez de feto anencéfalo, obrigatoriedade de publicação das folhas de pagamento no âmbito das repartições públicas, proibição do nepotismo e cotas raciais e sociais.

Com essa compreensão de que, à luz da Constituição de 1988, é possível sairmos engrandecidos e democráticos dessa crise. Para quem diz que estamos no fundo do poço, a Constituição se revela não como um piso de areia movediça, mas como verdadeiras molas ejetoras.

Eduardo Giannetti da Fonseca

O matemático húngaro chamado John Von Neumann mostra o modo diferenciado de como as culturas lidam com a questão do Marco Legal. Qual é a diferença entre o inglês, o alemão e o italiano? Para o inglês, tudo é permitido exceto o proibido; para o alemão, tudo é proibido exceto o permitido; e para o italiano, tudo o que é proibido é permitido. Não precisaremos elaborar muito, para convidá-los a perguntar onde estamos.

Há uma consideração geral e de ordem conceitual, do filósofo moral inglês do século XVIII, chamado Joseph Butler, sobre o código moral vigente numa determinada sociedade, em que pessoas sem ética e autocentradas, que se importam nada com o bem público, normalmente não são muito felizes. Na mesma linha, La Rochefoucauld, filósofo francês do século XVII, dizia que a hipocrisia é a homenagem prestada pelo vício à virtude.

As pessoas se esforçam para parecer o que são. O hipócrita e o corrupto são os primeiros a reconhecer a universalidade do Marco Legal quando, de



forma cuidadosa, oculta o que faz da vista alheia. Nesse momento, implicitamente, há uma acusação do conhecimento da moralidade.

Para Pascal, a humanidade se divide em duas classes: os santos que se creem pecadores e os pecadores que se creem santos. É um pouco absolutista e polarizada, mas capta essa questão do reconhecimento implícito da moral. Com um grau de exigência elevado, o santo reconhece a sua fragilidade e se sente um pecador. Já o pecador, ao reconhecer a santidade, se autoengana crendo e se acreditando um santo.

Com esse pano de fundo, chegamos ao Brasil. Somos uma sociedade com uma dificuldade de resolver a questão do Marco Legal e normativo da nossa convivência. A questão da norma ética não é apenas legal. Existem normas importantes o suficiente para serem codificadas em lei, mas muito da ética não é sancionada por lei e punição.

A pontualidade, por exemplo, é uma regra de convivência ética, e não paira sobre o impontual a ameaça de uma punição legal. Há o princípio da veracidade, mas apenas em ocasiões muito circunscritas mentir é legalmente punido. Na grande maioria dos casos não há como punir uma mentira. É parte do código ético e não é parte da lei.

Lembrando a ideia do Pascal, o problema brasileiro está numa anarquia individualista e numa situação a descambar para a anomia, em que as pessoas, embora creiam, não creem. Há o fingimento de praticar, mas, na verdade, sem um grau de adesão real às normas da ética.

A determinação de uma adesão maior ou menor de uma sociedade ao código legal e à própria ética é uma combinação de três dimensões, em que nenhuma delas dá conta sozinha do recado.

A primeira é da fiscalização e da punição. Os Estados Unidos não conseguiram banir da convivência americana o hábito e a propensão ao consumo de bebidas alcoólicas, e acabou promovendo o “gangsterismo”.

A segunda, os estudiosos chamam de internalização, em que a consciência moral dos sentimentos de vergonha, a culpa e o remorso são inibidores da ação.

A terceira é o reconhecimento de que as normas legais e o compromisso com a ética são importantes para uma boa convivência em sociedade.

Isso varia dramaticamente de sociedade para sociedade. Nos países orientais, o processo de for-

mação do sentimento moral pode levar um político oriental pilhado em caso de corrupção ao suicídio. No Brasil, quando é pego em corrupção, o político se candidata de novo e obtém o foro privilegiado.

Como cidadão brasileiro, a situação atual realmente me envergonha. Estão presos os empreiteiros, diretores da Petrobras e operadores do esquema, enquanto os políticos estão soltos, em larga medida comandando esse processo de transição política. Isso não poderia estar acontecendo.

O Mensalão é um divisor de águas, sem precedentes na história brasileira republicana. A apuração foi feita com seriedade, com punição das figuras do mais alto escalão da República, mas demorou sete anos. É muito tempo.

Temos problemas do foro privilegiado extensivo no Brasil. Como nota etimológica, a palavra privilégio é lei privada, *privilegium*. Não é a lei de todos. Isso é muito danoso para a constitucionalidade da política brasileira. Os corruptos notórios continuam em postos de mando na República, enquanto os seus pares da sociedade civil estão corretamente presos.

Como tentaremos reter a Cascata de Foz do Iguaçu num dedal, é essa a crise, em última instância, do estado patrimonialista. O setor público age como se a sociedade existisse para servi-lo e não o contrário. Participam desse processo grupos de interesse pertencentes ao setor empresarial, que se acostumaram com vícios de formação histórica a viver em estreito grau de relacionamento com isso.

O Brasil tem esse Estado patrimonialista praticamente desde a sua origem. A sua sociedade foi forjada pela coroa portuguesa para render tributos. Não foi a sociedade a criadora do Estado, mas foi o Estado metropolitano o criador de uma sociedade, distribuindo capitânias para propiciar tributos à metrópole. Não nos libertamos espantosamente em grande medida desse modelo.

Teremos em algum momento de virar esse modelo de relação entre o Estado e a sociedade. O Estado não tem na sociedade os súditos, mas sim pagadores de impostos que financiam as atividades para o Estado resolver os problemas de ação coletiva.

Caminhamos para uma revisão profunda desse modelo. Temos certeza de que o Brasil sairá fortalecido dessa crise moral e econômica. Amadurecemos a olhos vistos como sociedade.

Luiz Felipe Pondé

Recebemos a pergunta de quanto tempo levaríamos para o Brasil sair da Lava-Jato. Para transmitir a nossa crença, respondemos um número um pouco vago de 50 anos. Precisaremos de umas três gerações de “Moros”.

Como a relação patrimonialista está profundamente arraigada no nosso comportamento, o processo de arrumação da casa, do ponto de vista de diminuição do tráfico de influência, será bastante difícil e levará tempo.

Falamos a partir de algumas leituras e acerca dos estudos de comportamento da corrupção. A Operação Lava-Jato e o uso da delação premiada ajudarão a diminuir a corrupção no Brasil.

Existe um processo no mundo de produção da transparência no âmbito ético em todas as relações econômicas. Isso criará outro problema que é a destruição da privacidade. No mundo, as relações são ambivalentes, e as cores não são preto e branco. Mas acreditamos que um marco cabe nesse problema da corrupção especificamente.

Há duas outras coisas importantes na relação entre ética e Brasil. Quanto mais poder discricionário de decisão, mais corrupção. Com os processos sistematizados, transparentes e quase robotizados, menos corrupção.

Isso é fruto de estudo e análise de comportamento em relação à corrupção. Alguém poderia chamá-lo de científico. Os processos de transparência e de automação dessa transparência dificultarão as transações financeiras. Esse debate ao redor do Moro e da Lava-Jato tem a ver com especialização em crime financeiro.

O celular permite jogar Pokémon GO e reter rastros de informações. Esse processo de produção de transparência na nossa relação privada pode ser ampliado e dificultar os crimes financeiros e a corrupção.

A saída do Brasil da Lava-Jato depende cada vez mais de processos de produção com transparência de rastro nas relações financeiras. A tecnologia da informação é como avião, transporta-nos de lugar para lugar, mas pode destruir-nos pelos rastros indevidos deixados no caminho. Isso será de certa forma o futuro da ética nas relações entre a sociedade e o Estado: o aumento da transparência.



Não será a primeira vez que a tecnologia salva as relações humanas. Não queremos dizer com isso que há inexistência de problemas. Citamos a tendência da morte da privacidade. Quando entramos numa joalheria para comprar uma joia que pode ser paga em cinco vezes no cartão, mas preferimos pagar à vista, o vendedor sabe que há algo que não presta. O pagamento é à vista para não deixar rastro.

Uma das características ruins da relação entre o Estado e a sociedade está no ato de achar-nos, a priori, ladrões. Uma pessoa do cenário musical nos falava o seguinte: “Abrimos uma empresa de produção musical na Califórnia em 48 horas, sem gastar nada, e já ganhamos dinheiro. No Brasil, isso levaria 48 anos e teríamos como sócio o Estado, mais os advogados, técnicos, etc. Quando pagamos profissionais, temos o retorno. Já o Estado arrecada e não dá nada de volta”.

Nessa questão ética no Brasil, não vemos melhoria imediata, pois é cultural. Acharmos explorador quem dá emprego. Nesse sentido, a classe empresarial fica em um duplo lugar. O pequeno e médio empresário sofre para lidar com a lei trabalhista, feita para pagar salário, mas punidora quan-

do alguém é demitido. A demissão não é um ato de infração.

Essa mentalidade de não confiança atrapalha os negócios e a vida das pessoas. Cria-se uma cultura de se proteger embaixo desse Estado. Servir à Hidra de forma pragmática para sobreviver e fazer negócio.

No Brasil, ter lucro ainda é considerado um crime, como a Igreja Católica achava na Idade Média. No setor do agronegócio, isso aparece de forma mais clara. Se falarmos isso em público, as pessoas concordarão. É um caso, mas não o único, de tachar. Se ganharmos dinheiro, seremos punidos de alguma forma. Não achamos que isso acabará tão cedo no país.

Parte do mundo acadêmico ou do pensamento público brasileiro concorda com essa mentalidade e continuará a ensinar isso nas escolas. Também grandes grupos econômicos investem em projetos culturais e artísticos que retroalimentam essa mentalidade de alguma forma antimercedo e antiliberal. Então, alguém da sua família poderá estudar numa grande escola cara e aprender que o empresário do agronegócio não presta.



Augusto Nunes

Em um mundo em movimento tão rápido, não seria necessário um sistema também mais veloz para a troca de governantes que lesam o país?



Carlos Ayres Britto

Quando o Mensalão não estava nem em pauta de julgamento, as pessoas diziam: “Esse processo jamais será posto em julgamento”. Ele foi posto em julgamento. Depois: “Esse processo nunca terminará”. Ele terminou. A seguir: “Ninguém será condenado”. E 25 foram condenados. E mais adiante: “Ninguém vai para a cadeia”. E 25 foram para trás das grades.

As coisas mudaram no Brasil. O impeachment à luz da Constituição está sendo utilizado pela segunda vez. Já tiramos um presidente da República, e agora há outro processo de impedimento.

Estamos finalmente a internalizar a ideia no plano individual, as respostas mais severas à luz do direito. O modo de sermos quintessencialmen-

te inteligentes é a honestidade. Quem é honesto não teme o Ministério Público, o Tribunal de Contas, a política, a imprensa e a justiça. É um bem de personalidade. Sem ética na vida de cada um, não seremos indivíduos e cidadãos, mas subindivíduos e subcidadãos.

A coletividade está internalizando essa ideia fulcral e central nuclear de praticar e se comportar sob padrões éticos civilizados. Com respeito e seriedade ética, a autoestima da coletividade fica no ponto do indivíduo honesto, centrado e focado, que prima por padrões éticos de comportamento.

A coesão social está para o corpo social, assim como a centralidade está para o indivíduo. Numa questão de tempo, acreditamos piamente que essa Constituição nos levará a uma situação de orgulho nacional. Experimentamos uma mescla na abertura da Olimpíada, de exaltação criativa e aprimoramento tecnológico. Não há como lavrar a jato certas decisões, mas o Moro já condenou em torno de 70 pessoas.



Augusto Nunes

O STF age com a celeridade necessária na apuração e no julgamento dos políticos implicados na Lava-Jato?



Carlos Ayres Britto

No STF, os 11 ministros se debruçam sobre o mesmo fato e tese, com intensa vigília popular e da imprensa. O direito civilizado se caracteriza por um sistema recursal, legal e generoso, em que o contraditório e a ampla defesa precisam ser respeitados, para alcançar fins legítimos senão por meios igualmente legítimos. A impureza dos meios contamina a pureza dos fins.

No judiciário, os processos legais tramitam com certo vagar. A razoável duração do processo é um direito de todo mundo. A possibilidade de na última instância haver uma decisão equivocada é de suprema injustiça. A meu ver, equivocadamente, Rui Barbosa dizia: “O Supremo é o único tribunal que pode errar por último”. Eu digo que não: “O tribunal tem de acertar por último, não pode errar”. Se houver erro, não há mais recursos

e, absolutamente irreparável, a injustiça estará consumada.

Augusto Nunes

Quando o Giannetti comentou que já há vários presos corruptos, mas não os políticos, o Ministro Ayres Britto disse baixinho: “Mas todos serão punidos”. Então esperemos que sim. Como o Ministro Ayres Britto e o Juiz Sérgio Moro são tratados como uma espécie de heróis, isso significa que, aos olhos do brasileiro, a maioria dos juízes não cumpre a lei?

Luiz Felipe Pondé

Achamos que sim, mas não no sentido de as pessoas pensarem de forma reta e clara que os outros juízes não estão fazendo o trabalho. A desconfiança é difusa. Muita gente considera não valer a pena acreditar muito no que vem do Estado. No Jornal da TV Cultura, foi feita uma pauta em que as pessoas estavam sabendo a escalação dos 11 juízes do STF, um número cabalístico, mas não sabiam da seleção brasileira.

As pessoas falam do STF e do Moro numa percepção ainda de senso comum de que o trabalho da Justiça começa a aparecer. Esse tipo de justiça que pega, na realidade, ladrão famoso, político, lobista, empreiteiro e empresário. O Estado brasileiro ajuda a corrupção a ser grande. Acreditamos ser boa chance de começarmos a ter uma cultura diferente.

Augusto Nunes

O Congresso Nacional, como conjunto dos representantes eleitos pelo povo, parece pior que o povo brasileiro?

Eduardo Giannetti da Fonseca

Quando juiz e economista começam a aparecer demais, alguma coisa está errada na sociedade. Temos uma crise de representação no Brasil,

com a falência do presidencialismo de coalizão. Para conseguir governar, o Executivo constitui uma maioria parlamentar como grupo de sustentação, usando como moeda de troca ministérios, verbas, cargos em estatais e favorecimentos escusos a grupos políticos.

Esse sistema já apresentava deficiências mais ou menos agudas ao longo do período da redemocratização, mas nos últimos anos foi levado às raias do absurdo. Apertaram o botão *fast forward*, e o filme avançou rapidamente para o seu desfecho. O lado espúrio do presidencialismo de coalizão chegou ao seu limite, com o loteamento de 39 ministérios entre 10 partidos, sem eleger o presidente da Câmara. Era um governo recém-eleito, em tese com o seu capital político renovado e, portanto, em condições de liderar o processo.

Augusto Nunes

Não é legítimo pleitear o poder?

Eduardo Giannetti da Fonseca

O problema desse presidencialismo de coalizão está nos 28 partidos políticos com assento no Congresso Nacional, que se tornaram arranjos circunstanciais para as pessoas pleitearem poder ou algum tipo de benefício oriundo do Estado. Uma barganha espúria para dar sustentação ao governo, com o qual não há nenhum compromisso de programa.

Sem uma estrutura partidária minimamente coesa e previsível, não há sistema de governo que leve à boa governança. O Executivo vai a campo num corpo a corpo para negociar cada medida. Essa situação não pode terminar bem. Os vícios do sistema eleitoral clamam para serem corrigidos. Um candidato a deputado federal eleito com expressiva votação, como o Tiririca, carrega mais quatro ou cinco deputados federais de baixa votação.

O voto dos eleitores da Região Norte do país vale múltiplos votos de um eleitor no Sudeste por um vício de representação. Então, a Reforma Política precisa resgatar um mínimo de proximidade entre o eleitor e os seus representantes, senão não reconheceremos a nossa representatividade naqueles eleitos.

Augusto Nunes

São duas perguntas, a primeira sobre a possibilidade, do ponto de vista da Constituição, da convocação de eleições presidenciais para antes de 2018, e a segunda sobre o foro privilegiado dos políticos eleitos?

Carlos Ayres Britto

O eleitor é soberano quando vota em eleição geral, seja para presidente da República, governador, prefeito, senador, deputado e vereador. Diz o art. 14: “A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto”.

O voto dado pelo eleitor soberano não pode ser amputado nem ampliado. A soberania vem de *super omnia*, o que está acima de tudo e de todos. O soberano confere o mandato, e é intangível esse mandato.

No caso de condenação penal definitiva, improbidade administrativa das chefias executivas e impeachment, não se pode nem amputar nem ampliar. O mandato é cláusula pétrea, diz o art.

60, § 4º, inciso IV: “voto direto, secreto, universal e periódico”. A periodicidade é quadrienal.

O foro privilegiado está com os dias contados, com reforma para limitá-lo ao mínimo razoável possível. O privilégio é categoria jurídica monárquica, própria de estamentos, unidos pela regra do *omnis potestas a Deo*, todo poder vem de Deus e não do povo. Na República não há privilégios, há prerrogativas. Com intensa crítica procedente, o foro privilegiado experimentará retração e redução.

Todo país civilizado do mundo democrático não pode impedir a imprensa de falar primeiro sobre as coisas, nem o Judiciário de falar por último. O Judiciário é o ponto de unidade, harmonia e equilíbrio entre os dois polos originários contrapostos: o Executivo e o Legislativo.

Experimentamos no Brasil o tríplice apogeu da cidadania, inclusive a digital, da imprensa e do Poder Judiciário, à luz dessa meritória Constituição.

Reconhecemos, mais e mais, que temos como triunfo um patrimônio objetivo de incomensurável importância e preciosíssimo – a Constituição. É tirando partido e praticando essa Constituição democrática, civilizada por excelência, que chegaremos a um bom lugar.





Luiz Felipe Pondé

Uma das saídas é aproximar a normatividade da experiência. Isso significa tornar a Constituição parceira da realidade no dia a dia. Estamos vendo esse processo acontecer, quando falamos da escalação do STF no lugar da escalação da seleção brasileira.

Como estudamos pré-história, estragamos a nossa percepção de tempo, 2 mil anos é um piscar de olhos. Hegel falava que o conceito exige paciência. Imagine quando pensamos em conceito com 50 mil anos a 70 mil anos, o quanto de paciência havemos de ter.



Eduardo Giannetti da Fonseca

Tivemos um professor de filosofia na Inglaterra, que brincava ao dizer: “Os últimos três mil anos são muito atípicos”.



Luiz Felipe Pondé

Adoramos a frase e vamos assimilá-la. Tem um professor da Universidade de Jerusalém, um arqueólogo famoso e historiador de grandes períodos de tempo, que diz: “A agricultura foi um grande engano e ainda não conseguimos nos recuperar dele”. Antes da conversão à agricultura, quando a gente era nômade, a vida era mais fácil.

Essa era uma piada, na verdade. A sua ideia era de que, na verdade, precisamos recuperar a ideia de não ser preciso acumular tantas coisas e tal. Mas, fechando e voltando para a pergunta, achamos importantes esses acontecimentos no Brasil. A crise do PT mergulhou o Brasil nesse conflito político e moral. Muita gente olhava para o PT como vestais santas, construído no período pós-ditadura como o grande partido, de opção partidária honesta e ideologicamente consistente.

Essa confusão abriu espaço para o debate do modelo nacional com a emergência de propostas de partidos ou de movimentos menos cultuadores do Estado gigantesco, sem achar o mercado criminoso. Existe um início levantando essa pauta. A formação dos mais jovens em grande medida

ainda está nas mãos daqueles que acham o mercado um mal.



Augusto Nunes

Na criação de um partido, há um financiamento público e um tempo disponível de televisão. Isso virou moeda de troca?



Eduardo Giannetti da Fonseca

É um incentivo errado. Essa questão da ética, no fundo, depende do caráter e das oportunidades com que as pessoas ou os agrupamentos deparam. No curto prazo, o caráter está dado. O que pode mudar são as oportunidades. Esta regra de criação partidária, de garantir automaticamente fundos públicos e tempo de televisão, gerou uma distorção enorme no quadro partidário brasileiro que se somou a outras. Precisamos de uma estrutura partidária com um número mágico de partidos suficiente para representar as correntes de opinião relevantes da sociedade brasileira. A partir daí, teremos uma condição de boa governança, com negociação entre partidos e a adesão a um programa político.



Augusto Nunes

Pedimos ao Ministro Ayres para comentar sobre a eliminação da Cláusula de Barreira.



Carlos Ayres Britto

A Cláusula de Barreira significava a exigência de cumprimento de certas metas eleitorais por partido. Chegamos a dizer: “A Lei propõe jogar o balde de água suja fora com a criança dentro”. Quer dizer, a criança seria a possibilidade de um partido ter um desempenho modesto, mas suficiente para permanecer como partido e não ser eliminado. Por isso, o STF não consagrou a constitucionalidade da Lei na sua plenitude.

Em nosso último artigo no *Estadão*, chamamos a matéria de “Cultura, qual?”. Para muitas pesso-



as, ficou cômodo se autoperdoar, dizendo: Nós erramos porque no Brasil vige uma cultura do patrimonialismo, caixa dois, fisiologismo, nepotismo, estupro, vaquejada, rinha do galo, farra do boi, etc.

A Constituição trata 59 vezes em termos de processo de bens e patrimônios culturais. Todas num contexto civilizado, afirmativo e depurado do ponto de vista ético e humano. Então, não há mais, à luz da Constituição Brasileira, a possibilidade de continuar no erro, no crime, na delinquência, na brutalidade, na selvageria contra animais indefesos, por exemplo, com essa desculpa que, juridicamente, é esfarrapada.

Mas é cultural, coletivo e de remar com a maré. Não toleraremos mais essa desculpa, sobretudo a da corrupção. Praticaremos a cultura da decência, com todas as letras da Constituição brasileira.



Augusto Nunes

Aproveitaremos a oportunidade para fazer algumas observações ligeiras como jornalista e cidadão. A economia brasileira não chegou ao fundo do poço graças à audácia, a eficiência e ao peso do agronegócio. Temos recomendado genericamente aos empresários para chorarem menos e serem mais altivos e exigentes.

Como responsável pela sobrevivência econômica do país, o agronegócio deve exigir que o governo pense, fale menos e ouça mais. Ao mesmo tempo, praticar o exercício de seus direitos, como fixar os rumos da política para o setor. Os empresários possuem a postura de pedinte imposta pelo governo ao longo de muitas décadas.

Com o Brasil na procura de uma saída para essa conjunção de crises, o agronegócio tem o direito de exigir protagonismo nessa história, para não ser chamado na hora de impedir a consumação do completo desastre.

MENSAGEM DO MAPA

Neri Geller

Secretário Nacional de Política Agrícola

No agronegócio, há uma preocupação com os rumos do país. Os produtores rurais estão acostumados com o compromisso de assumir e realizar a produção, em benefício do país. Esse é o grande protagonismo do setor, apesar de muitas vezes não ser compreendido pela mídia na questão da preservação ambiental.

Como representante do MAPA, fazemos a interface entre a produção e o governo, para construir o respeito e o resgate das lideranças políticas. A corrupção está instalada em muitos setores. Existe um lamaçal estendido pelas esferas federal, estadual e municipal. Mas precisamos excluir as pessoas de bem.

Que a justiça seja feita, e os malfeitos sejam punidos. Os bons sobreviverão, exatamente pela democracia, no dia da votação. Cada um de nós deve ajudar o STF e a mídia a eleger as pessoas certas com o voto. Só chegaremos na ponta a partir do momento em que as pessoas envolvidas nesse setor economicamente muito forte do agronegócio mostrem que fazem e falam com a separação do certo e do errado.

Do Ministério da Agricultura, da liderança e do protagonismo do agronegócio falamos com muito orgulho, tranquilidade e humildade. Sabemos da necessidade de ouvir para executar ações que venham ao encontro da sociedade brasileira.

O Ministro Blairo montou uma equipe que conhece o setor para resgatar o Ministério. Recuperaremos o orçamento e voltaremos a fazer a comercialização, com a reposição dos estoques e a garantia do preço mínimo. Os programas que estão dando certo precisam do recurso na hora certa para beneficiar o produtor e movimentar a indústria agrícola.

Quando assumimos, estávamos na iminência



de terminar a safra 2015/16 e iniciar a safra 2016/17. Ouvimos as entidades e as lideranças da produção. As primeiras demandas não estavam nos juros, mas na liberação de recurso lá na ponta para o produtor. Editamos em tempo as portarias referentes ao Plano da Safra 2016/17.

O Ministério precisa de protagonismo e liderança para comandar um setor que está dando certo e sustentando a economia nesse país. Queremos demonstrar que está altivo, forte e firme para primeiro ouvir e depois construir propostas adequadas. Continuaremos na conquista de novos mercados, porque temos um espaço extraordinário. Nenhum país no mundo possui o nosso potencial para suprir a demanda por alimentos.

ENCERRAMENTO



Luiz Carlos Corrêa Carvalho

Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG

Sáímos daqui muito satisfeitos. Se houve acerto no tema, ouvimos com atenção o nosso processo de reação. Isso nos anima. Nos últimos anos, vimos a preocupação de estar vivendo os limites claros da capacidade de resposta do planeta para atender a uma demanda crescente. O crescimento da população e o ganho da renda *per capita* com o processo de urbanização, obviamente, fazem com que o Brasil tenha de responder com força na produção ao aumento do consumo.

Com uma tremenda crise fiscal e dificuldade orçamentária, enfrentamos restrições reais, como na capacidade de logística para escoar e exportar a produção. Essa situação acontece com o mundo numa recaída protecionista. Na competição global, estamos enfraquecidos com o aporte modesto de recursos de 0,5% do PIB em pesquisa e desenvolvimento. Tive a oportunidade de conhecer a empresa Jacto, em Pompeia, no Estado de São Paulo, com aplicação de 5% do seu faturamento em P&D. Esse padrão deve servir de *benchmarking* nacional.

Pudemos experimentar a força da Constituição brasileira, a começar pelo Mensalão e passando agora pela Lava-Jato. Gostaríamos de fato que fosse lava a jato. Com o Estado patrimonialista em absoluta crise, discutimos a necessidade de olhar as políticas públicas no longo prazo. Esse é o desafio de uma sociedade democrática para superar o choque entre essa visão e a eleição a cada quatro anos.

Sem eleger os “campeões nacionais” nos benefícios de financiamento, o papel do governo é fundamental para buscar a sustentabilidade naquilo que o país tem condição de fazer melhor.

Uma discussão incomodadora foi o questionamento sobre o nosso envolvimento além do agronegócio. Tivemos essa cobrança, nitidamente pelo peso e relevância desse setor na sociedade brasileira. O compromisso de uma participação mais efetiva e obrigatória das suas lideranças em outros temas da sociedade. Afinal, como foi



dito, com o poder vem a responsabilidade.

Essas questões são muito importantes para encontrarmos cada vez mais interdependência e cooperação. Precisamos desenvolver maior governança no setor privado entre as entidades de classe, com anseio, de uma forma geral, de menos governo e mais mercado. Isso significa não intervenção e menos o dedo no detalhe para alguns setores, enquanto os temas transversais ganham uma coloração especial.

Na reforma tributária indispensável, o equilíbrio das cadeias produtivas vai além de simplesmente pensar dentro ou fora da porteira, bem como só do ponto de vista tradicional de agropecuária, indústria e serviço. A mesma colocação cabe no embate até certo ponto histórico com relação à terceirização das atividades no agro.

No início do ano, vivíamos um clima de colapso do ponto de vista macroeconômico. As curvas começam a indicar a recuperação da economia pela simples percepção de saída do inferno. Isso é, de um lado, animador, principalmente o trabalho de comunicação estimulante desenvolvido pela Rede Globo, que foi excepcional.

Registramos com pesar as perdas recentes de pessoas dedicadas ao agronegócio, como o ex-presidente da Sociedade Rural Brasileira, o tradicional cafeicultor e grande líder Luiz Haffers. Também nos deixaram os jornalistas Danilo Ucha, do *Jornal do Comércio do Rio Grande do Sul*, e o Paulo Roque, colaborador da *Revista Agroanalysis/FGV*.

Também aproveitamos para anunciar a parceria entre a ABAG e a Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) de São Paulo, com o objetivo de estimular o MBA em agronegócio. De um lado, a ESPM oferece a sua experiência em pós-graduação em curso de Marketing. De outro, a ABAG contribui com a produção de conteúdo na valorização desses cursos. Isso se completa com convênio da ESPM com uma das escolas mais conceituadas da França.

Antes de fazer o encerramento, agradecemos novamente aos nossos associados, aos patrocinadores, apoiadores e parceiros, e à equipe da ABAG, Wenter Eventos e Mecânica de Comunicação, sem os quais seria impossível realizar o 15º CBA.

HOMENAGENS



Prêmio Norman Borlaug de Sustentabilidade 2016

Homenageado: Sizu Matsuoka, Sócio-Fundador da Vignis

Mesa de entrega

Roberto Rodrigues, Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro)

Antônio Roque Dechen, Professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq-USP) e Presidente da Fundação Agrisus

Ismael Perina Júnior, Presidente da Câmara Setorial do Açúcar e Alcool

Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio

SAUDAÇÃO AO HOMENAGEADO

Ismael Perina Júnior

Quando o cidadão resolve trabalhar em pesquisa, é uma vida, são dias e dias, horas e horas, anos e anos. Os resultados demoram. Na soja, milho e trigo, a cada ano aparece uma nova geração de sementes novas. No caso específico da cana-de-açúcar, a pesquisa para gerar uma nova variedade leva 20 anos de trabalho, acompanhamento e testes, até saber se o material produzido é efetivo e tem condição de superar materiais em uso.

O pesquisador do agro segue todas aquelas normativas regulamentares impostas pelo Ministério do Trabalho. Há muita hora sob o sol, com trabalho exaustivo. Esse ambiente não é tão delicado como o do ar-condicionado, ocupado por alguns ideólogos do governo preocupados em criar regras para complicar as nossas vidas.

Então, por nossa enorme admiração ao Sizuo, bem como a todos aqueles trabalhadores e militantes nessa área, nos sentimos muito honrados de prestar essa homenagem. Falamos em nome dos produtores de cana beneficiados pelo seu afinho para a evolução na cana-de-açúcar.

Agradecemos por esses anos de dedicação e cumprimos essa sua trajetória maravilhosa e cheia de sucesso na área de pesquisa. Também em reconhecimento aos seus serviços prestados na pesquisa, a Organização dos Plantadores de Cana (Orplana), representada pelo Presidente Eduardo Romão, entrega uma placa nesta homenagem ao Sizuo.

Sizuo Matsuoka

Estou emocionado e honrado com esse prêmio, que leva o nome de Norman Borlaug, Prêmio Nobel da Paz. Jamais esperaria esse prêmio.



Imputamos isso mais à amizade e à influência do Caio Carvalho, com quem tive o prazer de trabalhar, quando ele era superintendente e eu pesquisador do Planalsucar.

O trabalho de melhoramento de genética na cana é muito demorado. Começamos os trabalhos em 1970. Fizemos mudanças radicais no programa de melhoramento para efetivamente alcançar sucesso, juntamente com o professor Tokeshi, de fitopatologia da ESALQ. Mesmo sem experiência na área, assumimos depois a chefia no Departamento de Melhoramento Genético de Cana.

Gostaria de falar sobre algumas coincidências. Sem querer comparar com Norman Borlaug, também começamos, como ele, na fitopatologia, com estudo das doenças de plantas. Norman trabalhava com o professor doutor Stackman, que o designou para desenvolver um



programa de melhoramento de genético de trigo no México, no Deserto de Sonora. Nessa região, Norman teve de viver em rancho rústico. O seu trabalho foi bem-sucedido no trigo, se estendeu ao milho e arroz, para outros países como Filipinas, Índia e Paquistão. O programa ficou conhecido no mundo como Revolução Verde, e o Norman ganhou o Prêmio Nobel da Paz.

Quando o Caio me comunicou do prêmio, revisava alguns trabalhos antigos sobre o cerrado brasileiro. Um dos pioneiros nesse estudo foi o Dr. Mário Guimarães Ferri, do Instituto de Botânica da Universidade de São Paulo (USP), onde também foi reitor, na década de 1940, no cerrado de Pirassununga, no Estado de São Paulo. Na década de 1950, juntou-se a ele um pesquisador americano com o nome sugestivo de Robert Goodland, com estudos nos cerrados de Uberaba e Uberlândia, Estado de Minas Gerais, com a descoberta do problema do alumínio tóxico, além da falta de água.

Quando nos formamos, o cerrado era considerado uma terra devoluta e improdutiva. As pesquisas iniciadas no Instituto Agrônomo de Campinas, na década de 1970, foram levadas a todo o Centro-Oeste. E, com a criação da Em-

brapa, o cerrado se tornou produtivo. Hoje, é um dos celeiros responsáveis por essa pujança do agronegócio brasileiro.

O Dr. Norman Borlaug sempre mencionava nas suas palestras e artigos esse sucesso da pesquisa brasileira. Então, na verdade, consideramos que esse prêmio deva ser dedicado ao pessoal da pesquisa e extensão, que trabalhou nesse cerrado, e principalmente aos agricultores desbravadores desse interior do Brasil.

O Prêmio Norman Borlaug de Sustentabilidade, instituído pela ABAG em parceria com a Agrisus e a USP, é uma homenagem ao homem que salvou da inanição centenas de milhões de vidas. Este engenheiro agrônomo foi o primeiro Nobel da Paz por trabalhos na agricultura e é considerado o pai da Revolução Verde. Receber uma homenagem com o seu nome significa ser reconhecido por um trabalho valioso para o Brasil pelas melhores ideias que ajudam a combater a fome no país e pela contribuição para o desenvolvimento sustentável do agronegócio.



Prêmio Personalidade do Agronegócio Ney Bittencourt de Araújo 2016

Homenageado: Pedro Taques, Governador do Estado de Mato Grosso

Alysson Paolinelli, Presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Milho (Abramilho)

Marcos da Rosa, Presidente da Aprosoja Brasil

Ricardo Tomczyk, Secretário do Desenvolvimento Econômico do Estado de Mato Grosso

Rui Prado, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso (Famato)

Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio

SAUDAÇÃO AO HOMENAGEADO

Rui Prado

É uma honra entregar este prêmio a uma pessoa que está se dedicando e se empenhando para o desenvolvimento da agropecuária do Estado de Mato Grosso e do Brasil, mesmo não sendo agricultor ou pecuarista.

Gostaríamos de ressaltar esse empenho do Governador Pedro Taques. Desde o início da sua carreira política, procurou as instituições organizadas do nosso Estado para entender o agronegócio. Sempre se dedicou e estudou para saber como é e como anda esse negócio grandioso do país. Depois de eleito governador do Estado de Mato Grosso, convocou alguns colegas para auxiliá-lo na empreitada de fazer a gestão do Estado.

Com forte determinação, sua sensibilidade é grande para perceber a dificuldade financeira do Estado para atender à demanda existente na área da logística. Muito focado nesse assunto, o governador ajudará a resolver esse problema para beneficiar todos os brasileiros, produtores ou não.

Pedro Taques

Uma homenagem como esta não é em razão do que fomos, mas do povo do Estado de Mato Grosso, que nos deu a honra de representá-lo em Brasília e de ser seu governador num dos Estados mais importantes do Brasil.

Apesar de não sermos do setor, sabemos da sua importância não só para o nosso Estado, mas para o Brasil. Este reconhecimento supera preconceitos. Estive no cargo de Procurador da República por 15 anos. Nessa função, basicamente, era prender políticos corruptos. Em determinado momento, cheguei à conclusão de que não adiantava só jogar pedra. Precisava ser um pouco vidraça. Solicitei exoneração e ganhei a eleição para senador pelo Estado de Mato Grosso.

No Senado, trabalhamos firme em três temas: a questão indígena, a legislação trabalhista e a di-



ferenciação entre o trabalho degradante e escravo. No Código Florestal também participamos de grandes debates.

Mato Grosso é o terceiro Estado em extensão territorial do Brasil, 904 mil quilômetros quadrados, dos quais 60% são preservados. Isso representa o tamanho da Califórnia e da França. Só perdemos para o Amazonas e o Pará. Em termos nacionais, produzimos 88% do diamante, 70% do milho de pipoca, 65% do girassol, 59% do algodão, 39% do milho, 32% da soja, 14% do pescado de água doce. Temos o maior rebanho bovino do Brasil, com 29,3 milhões de cabeças. São 10 cabeças para cada cidadão.

Podemos produzir mais em 40% do nosso território, sem desmatar um pé de pau. Temos 16 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade. Criamos o PCI – produzir, conservar e incluir. Se aumentarmos a área plantada em 6 milhões de hectares (3 milhões para a agricultura, 1,5 milhão para a pecuária semiextensiva e intensiva, 1,5 milhão para a floresta plantada), sobrarão ainda mais 10 milhões de hectares.

O mundo, infelizmente, vê o Brasil e vê Mato Grosso de uma forma equivocada e preconceituosa.

sa. Mostramos que é possível produzir com respeito à sustentabilidade ambiental. Na COP-21, de Paris, todos os Estados brasileiros apresentaram metas até 2030. Até 2020, Mato Grosso e o Acre eliminarão o desmatamento ilegal. Essa é a nossa meta.

Faremos a inclusão de 105 mil famílias abandonadas em assentamentos do Incra. Nenhum país vive sem uma agricultura familiar forte. Vamos produzir hortifrutigranjeiros, que importamos muito. Dos US\$ 100 bilhões exportados pelo complexo do agronegócio em 2013, São Paulo contribuiu com US\$ 22 bilhões e Mato Grosso com US\$ 16 bilhões. Na balança comercial de 2015, tivemos superávit na nossa balança comercial de US\$ 13 bilhões, enquanto São Paulo teve déficit de US\$ 33 bilhões.

Mato Grosso precisa ser reconhecido como esta potência. A ONU já premiou o PCI pelo reconhecimento do trabalho da sociedade mato-grossense neste momento histórico. Sabemos que em 2050 teremos 9 bilhões de habitantes no mundo. Portanto, Mato Grosso e o Brasil precisam se inserir neste debate sobre a geopolítica e a segurança alimentar.

O papel do governador do Estado de Mato Grosso é abrir caminhos para poder cada vez mais

conquistar mercados internacionais. Criamos uma ambiência negocial no Estado, junto com as Secretarias da Fazenda, do Meio Ambiente e de Desenvolvimento, para montar um *fast track* quem desejar investir no Estado, procure uma autoridade.

Existiam cinco instituições no mundo para tratar da carne: Nova Zelândia, Austrália, Estados Unidos, Argentina e Uruguai. Em outubro do ano passado fomos conhecer o Instituto Nacional de Carne (Inac), do Uruguai. Trouxemos o seu modelo para o Mato Grosso e criamos o Instituto Mato-Grossense de Carne (Imac), para desenvolvermos a certificação da rastreabilidade e conquistarmos os mercados internacionais. Se existe o café da Colômbia, se existe a banana do Equador, por que nós não podemos ter a carne de Mato Grosso?

O país precisa pensar em três expressões: “chi” é a primeira, “cha” é a segunda, e “xis” é a terceira. O que é “chi”? China. Nós não podemos pensar em Mato Grosso sem pensarmos na China. O maior parceiro comercial do Estado. Nossa ideia é abrir um escritório do Estado de Mato Grosso junto com a Famato na China. Recebemos o Embaixador da China para tratar da ferrovia bioceânica, que liga





Campinorte, em Goiás, até os portos do Pacífico. “Cha”, afastar o chavismo do Brasil. E “xis” de xisto, aqui como sinônimo de energia. Enquanto nós ficamos trabalhando de uma forma equivocada o Pré-Sal e abandonamos programas como o do etanol, nós tivemos um prejuízo gigantesco no Brasil. Isso em razão de uma política ideológica equivocada. A utilização da Petrobras como instrumento de política econômica eleitoreira. A utilização da conta do petróleo como instrumento de roubalheira. Abandonamos o etanol. De 2013 para 2014, US\$ 3 bilhões a menos no complexo do agronegócio em razão do que fizeram com o etanol. Precisamos pensar nessas três expressões: China, afastar o chavismo e pensar na agricultura também como a nova matriz, a energética. Porque o petróleo, uma hora vai acabar, e vai ser difícil tirarmos o petróleo das profundezas, mesmo com a tecnologia de que a Petrobras precisa. E nós estamos diante de um desafio.

Junto com as associações de produtores, com 50 carros percorremos 2.130 quilômetros, de Cuiabá aos portos do Pacífico. É bem mais perto do que de Cuiabá ao Atlântico. A Constituição diz que a liberdade de iniciativa privada é um fundamento da República. A minha cor é o verde, é o amarelo e o

azul. Ganhar dinheiro não é pecado nem crime e não merece castigo, desde que seja de acordo com as leis. As condições passadas não são as mesmas do futuro. Precisamos mudar e pensar fora da casinha.

Ney Bittencourt de Araújo foi um dos homens mais importantes na história do desenvolvimento da agricultura brasileira. Este engenheiro agrônomo, que atuou em mais de 20 entidades em todo o mundo, foi um líder que contribuiu de forma admirável para os negócios agropecuários em nosso país, tendo sido um dos fundadores da ABAG. Por isso, a homenagem que leva seu nome é um reconhecimento às personalidades do agronegócio brasileiro que também trilham o mesmo caminho vitorioso.

REPERCUSSÃO

As apresentações e os debates realizados durante o 15º Congresso Brasileiro do Agronegócio tiveram cobertura dos diferentes meios de comunicação: televisão, rádios, jornais, revistas, portais, agências de notícias e mídias sociais. O 15º CBA teve a participação de 225 profissionais da imprensa credenciados.

Foram publicadas perto de 300 matérias. Houve inserções especiais na *Revista Setorial* do *Jornal Valor Econômico* e no jornal *O Estado de S. Paulo*.

Através do rádio, alcançamos 393 cidades em 26 Estados.

Destaque: matéria veiculada na Rádio Press, em Naugatuck, no Estado de Connecticut, nos Estados Unidos.

225

profissionais da imprensa credenciados

300

matérias publicadas

393

cidades em 26 Estados foram alcançadas pelo rádio



TRANSMISSÃO DO EVENTO

5.062

acessos do Brasil e de mais

19

países.

Pela internet foram registrados 5.062 acessos do Brasil e de mais 19 países. Tivemos o apoio na retransmissão através dos canais de comunicação das organizações: Associação Brasileira das Indústrias de Tecnologia Vegetal (Abisolo), Agroceres, Agrolink, Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), Conselho Nacional do Café (CNC), Cooxupé, Embrapa, Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (FAESP), Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV).

WORKSHOP DE JORNALISTAS

Pelo sexto ano consecutivo, a ABAG, em parceria com a Associação Brasileira de Defesa Vegetal (ANDEF), o Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), o Instituto Nacional de Processamento de

Embalagens Vazias (inpEV) e o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola (SINDIVEG), realizou o Workshop de Jornalistas, no dia 9 de agosto de 2016.



PARCEIROS DE MÍDIA DO 15º CBA



LANÇAMENTOS

Durante o 15º CBA, foi distribuído ao público o livro “Agricultura, Transformação Produtiva e Sustentabilidade”, uma iniciativa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com o apoio da ABAG.



Após o encerramento do 15º CBA, foi feito o lançamento do livro “Guerreiros não Nascem Prontos”, do professor José Luiz Tejon.

MENSAGEM DA FAESP*



Manter o homem no campo, assegurando seu desenvolvimento e prosperidade, é a grande meta da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, daí suas ações serem direcionadas para o equilíbrio das cadeias produtivas e a sustentabilidade dos negócios no campo, garantindo renda e uma melhor condição de vida ao produtor, ao trabalhador rural e aos seus familiares. Num país de dimensão continental como o Brasil não se pode prescindir de políticas públicas de médio e longo prazo, bem como de políticas de mercado, tais como mecanismos de proteção ao

produtor, essenciais para a manutenção das atividades agropastoris e a produção de alimentos, gerando emprego e renda, e estimulando as bases econômicas do país, ao fortalecer a agroindústria, o comércio e a indústria de máquinas, tratores, implementos e insumos agrícolas.

A FAESP mantendo-se atenta a este objetivo, envida seus esforços no sentido de sensibilizar as autoridades para a importância dessas ações, já que não se pode pensar em agronegócio sem considerar o valor e a realidade da produção, sendo este um trabalho permanente e contínuo, ao reconhecer o valor do produtor como indutor fundamental para o desenvolvimento econômico e social da nação brasileira.

A força do Brasil está alicerçada na agropecuária e, quanto mais consolidarmos a economia agrícola, mais estaremos sedimentando as bases econômicas do nosso país.

Fábio Meirelles – Presidente do Sistema FAESP-SENAR-AR/SP.

* Patrocinador Master do 15º CBA



Patrocínio Master



Patrocínio

agroceres



 **BNDES**

 **Bradesco**

CAIXA

MONSANTO



 **Tereos**

Apoio



 **cocamar**
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL



Deloitte.

 **inpEV**

 **jacto**

 **JOHN DEERE**

 **pwc**

 **SICOOBSP**

 **Sistema OCB**
CNCOOP-OCB-SESCOOP

 **xp** investimentos

Realização



abag

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DO AGRONEGÓCIO